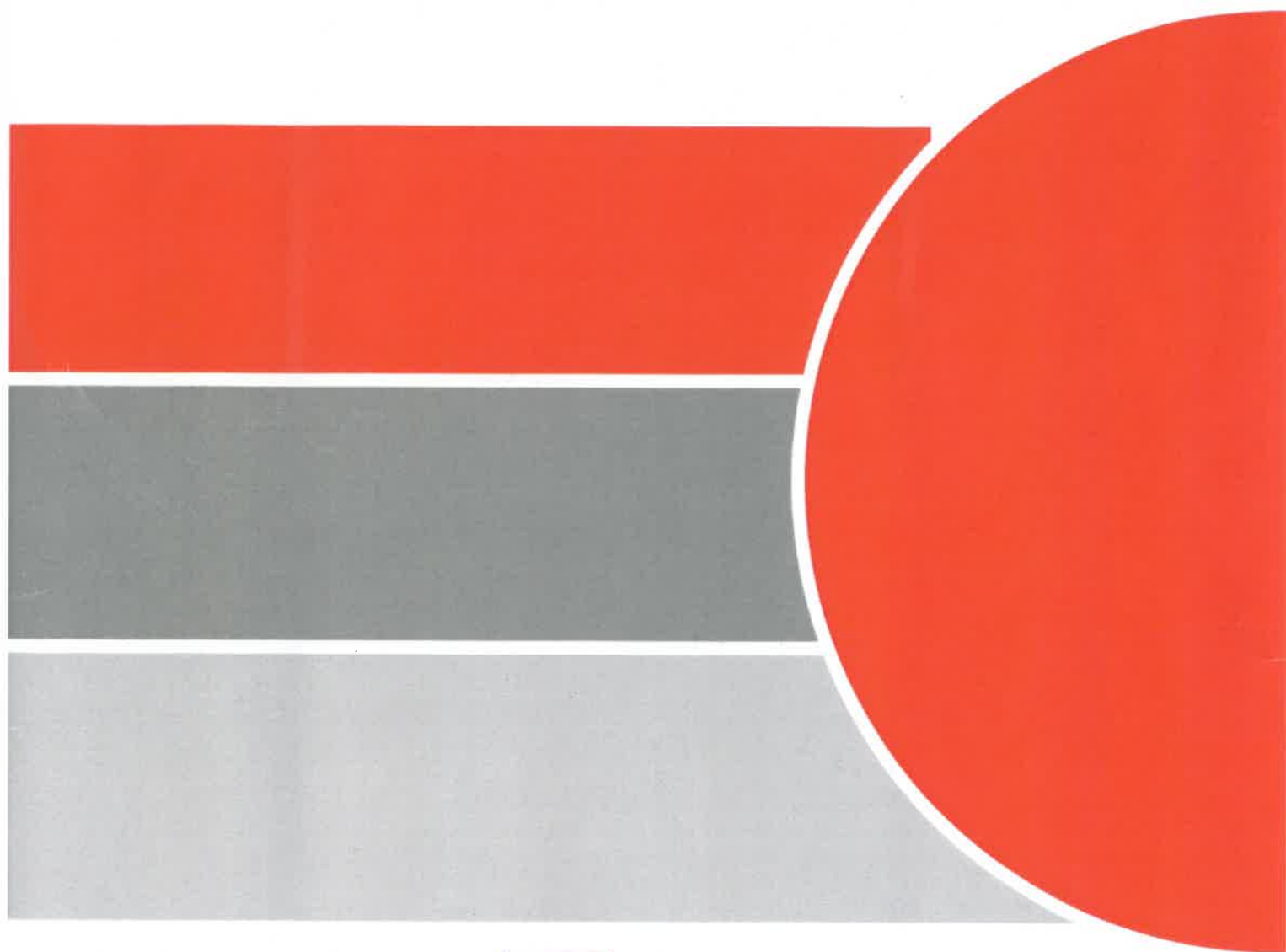


RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO DE 2017



RELATÓRIO DE GESTÃO
EXERCÍCIO DE 2017

APROVAÇÃO

Pela Câmara Municipal em reunião de 12 de abril de 2018

Pela Assembleia Municipal em Sessão de 23 de abril de 2018

APROVADO PELO TRIBUNAL DE CONTAS

Por acórdão de ____ de ____ de 201__
(S/ ofício nº _____, de ____ de ____ de 201__
Emolumentos de € _____, pagos em ____/____/201__,
pela ordem de pagamentos nº _____



1 INTRODUÇÃO

Vimos por este meio submeter para aprovação os documentos previstos na alínea a) do número 2 do artigo 6º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro articulado com a alínea i) do número 1 do artigo 33º, do anexo 1, da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, para posterior submissão ao órgão deliberativo de forma a poderem ser apreciados e votados em cumprimento da alínea l) do n.º 2 do art.º 25, do nº2 do artigo 27, do anexo 1, da Lei 75/13 de 12 de setembro, conjugado com o nº1 do artigo 76 da Lei 73/2013 de 3 de setembro.

No âmbito da prestação de contas, serão apresentados os mapas de execução orçamental, demonstração de resultados, balanço, anexos às demonstrações financeiras, o relatório de atividades e gestão, assim como o parecer do revisor oficial de contas.

O Relatório de Gestão traduz, embora de forma sucinta nas suas diversas peças escritas e mapas, a execução das Grandes Opções do Plano Plurianual de Investimentos de 2017 (PPI) e do Orçamento do ano financeiro de 2017, refletindo um conjunto de resultados que permitem a verificação do grau de eficiência e eficácia da afetação dos recursos aos objetivos atingidos.

O documento aqui apresentado tem por objetivo retratar de forma fidedigna todo o trabalho realizado ao longo do ano 2017, assim como a realidade financeira, patrimonial e orçamental do Município.



2 ESTRUTURA ORGANIZATIVA DO MUNICÍPIO

Assembleia Municipal - Órgão deliberativo

De acordo com o definido na Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal do Peso da Régua, órgão de natureza deliberativa do Município, é constituída por 29 elementos, 21 dos quais eleitos diretamente nas eleições para o respetivo Órgão aos quais se juntam os 8 Presidentes de Juntas de Freguesia.

Mesa da Assembleia – Órgão Deliberativo

Presidente da Assembleia Municipal - Artur José Montenegro Soveral Freire de Andrade

1º Secretário - Júlio Alfredo Mota

2º Secretário - Paula Manuel Pereira Correia dos Santos

Câmara Municipal – Órgão Executivo

De acordo com o definido na Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, a composição da Câmara Municipal (em virtude de estar no intervalo entre 10.000 e 50.000 eleitores) é de 1 Presidente e 6 Vereadores.

Face às eleições que ocorreram a 01 de outubro de 2017, o Órgão Executivo – Câmara Municipal, sofreu alterações na sua constituição.

Constituição da Câmara Municipal – Órgão Executivo em funções até ao dia 20 de outubro de 2017.

Presidente – Nuno Manuel Sousa Pinto de Carvalho Gonçalves

- Planeamento e Obras Públicas
- Fundos Comunitários
- Desenvolvimento Rural
- Ambiente e Qualidade de Vida
- Trânsito
- Proteção Civil

Vice-Presidente – José Manuel Gonçalves

- Assuntos contabilísticos e financeiros
- Desporto, Juventude e Tempos Livres
- Educação e Escolas

Vereadora – Maria José Fernandes Lacerda

- Cultura
- Ação Social
- Saúde

Vereador – Mário Francisco Cancela Mesquita Montes

- Urbanismo e Obras Particulares
- Turismo
- Assuntos Jurídicos
- Licenciamento e Fiscalização
- Abastecimento Económico e Defesa do Consumidor
- Habitação

Vereador – Manuel José Ramalho Ramos Paiva

Vereador – Luís Manuel Teixeira de Sousa Ribeiro

Vereadora – Margarida Maria Teixeira Osório Rodrigues da Silva



Constituição da Câmara Municipal – Órgão Executivo em funções desde o dia 21 de outubro de 2017, até ao presente.

Presidente - José Manuel Gonçalves

- Planeamento e Obras Públicas
- Fundos Comunitários
- Desenvolvimento Rural
- Educação
- Finanças Municipais

- Turismo
- Proteção Civil
- Urbanismo e Obras Particulares
- Licenciamento e Fiscalização
- Assuntos Jurídicos
- Desporto e Juventude
- Coesão Social
- Recursos Humanos
- Modernização Administrativa, Comunicação e Imagem.

Vereador - Eduardo Jorge Ribeiro Pinto

- Economia Local, Inovação e Empreendedorismo
- Ambiente e Qualidade de Vida
- Mobilidade, Transportes e Segurança Rodoviária
- Energia

Vereadora - Maria José Fernandes Lacerda

- Cultura

Vereador - Eduardo José de Sousa Cardoso

Vereador - Agostinho Gonçalves Alves Santa

Vereadora - Maria do Céu Ribeiro Ramos

Vereador - Bruno Miguel Botelho Gonçalves



PARTICIPAÇÕES DO MUNICÍPIO DO PESO DA RÉGUA

Participações Societárias em 31 de dezembro de 2017

Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.

A Empresa “Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.” foi criada em simultâneo com o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento de Trás-os-Montes e Alto Douro, tendo por base o Decreto-Lei nº270-A/2001 de 6 de outubro, visando como objeto de intervenção a exploração, em regime de concessão por um período de 30 anos, a conceção e a construção das obras e equipamentos necessários para efetuar o abastecimento de água e saneamento em alta, assim como a sua exploração, reparação, renovação e manutenção.

O capital teve a subscrição de 30 Municípios, assim como as sociedades, “Águas de Portugal S.G.P.S. S.A.” e a “Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, S.A.”.

O Município do Peso da Régua deteve uma participação social de 1,67% na respetiva sociedade até 31 de julho de 2015.

A 1 de agosto de 2015, com a fusão de todos os sistemas multimunicipais do norte, foi criada a **Empresa Águas do Norte** onde o Município detém 0,31%, no valor de 467.528,00€.

Participações Não Societárias em 31 de dezembro de 2017

Associação Nacional de Municípios Portugueses

A Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) foi criada a 22 de fevereiro de 1985, e tem por objetivo a representação e defesa dos Municípios Portugueses, perante os órgãos de soberania e perante as organizações nacionais ou internacionais.

Desenvolve projetos com vista ao acompanhamento do Poder Local, promove a troca de experiências e o intercâmbio de informação entre os seus membros, para além de disponibilizar meios de ação técnico-jurídica para os Municípios associados.

Associação de Municípios do Vale do Douro Norte

Constituída a 25 de outubro de 1990 pelos Municípios de Alijó, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião e Vila Real, a Associação de Municípios do Vale do Douro Norte surgiu da necessidade destes Municípios coordenarem ações de desenvolvimento sustentável na Região. Neste sentido, gere iniciativas intermunicipais em todo o território da Associação, das quais se destaca a Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos.

Associação de Municípios Portugueses do Vinho

Com o objetivo de promover e valorizar os vinhos e as regiões de origem, foi constituída em 2007 a Associação de Municípios Portugueses do Vinho (AMPV).

Atualmente com 71 Municípios associados, a AMPV tem desenvolvido contactos com o Ministério da Agricultura, o Instituto do Vinho e do Turismo de Portugal entre outras entidades do setor para que, atuando em conjunto, sejam desenvolvidas estratégias de promoção do produto de acordo com as especificidades de cada Concelho.

A AMPV propõe a formulação de linhas orientadoras de ação que consubstanciam a cooperação e a partilha de experiências entre Municípios que representam as regiões demarcadas de produção de vinho de qualidade.

Associação do Douro Histórico

Criada em 1991, a Associação do Douro Histórico nasceu da tomada de consciência, por parte dos agentes locais da Região do Alto Douro, privados e públicos, de que o processo de desenvolvimento rural foi e é uma necessidade emergente, e que com uma iniciativa dinâmica, enraizada na sociedade local, feito com as pessoas, pelas pessoas e para as pessoas, poderia vir a ser desenvolvido.

De entre as atividades desenvolvidas, sobressai a gestão dos fundos comunitários que visam apoiar projetos de desenvolvimento rural na procura da melhoria da qualidade de vida através do reforço do sistema produtivo, da capacidade de iniciativa e de empreendedorismo, a valorização e diversificação da atividade económica local, a preservação e valorização do património construído, natural e cultural.



Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico

Criada e sediada em Lamego, a 22 de junho de 1988, a Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico visa, essencialmente, a preservação e conservação dos centros históricos dos aglomerados urbanos, promovendo a sua dinamização, contribuindo, assim, para o bem-estar das populações que deles desfrutam e usufruem.

A Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico, em colaboração com os Municípios, promove ações de divulgação cultural e proteção de locais que são da maior importância nacional e de indiscutível interesse público.

Associação Ibérica dos Municípios Ribeirinhos do Douro

A Associação Ibérica de Municípios Ribeirinhos do Douro (AIMRD) surge da vontade de diversas localidades, situadas nas margens deste rio, em criar um órgão capaz de se ocupar da cooperação transfronteiriça entre Espanha e Portugal, assim como de tentar alcançar a consecução de um projeto económico e ecológico comum.

Os primeiros passos da Associação remontam ao protocolo assinado em 12 de fevereiro de 1993, em Valladolid, pelos Municípios de Coaleda, Aranda de Duero, Roa, Penafiel, Laguna de Duero, Valladolid, Toro, Zamora, e as Câmaras Municipais de Miranda do Douro, Torre de Moncorvo, Peso da Régua, Castelo de Paiva, Penafiel, Vila Nova de Gaia e Porto.

A AIMRD tem como objetivos principais promover a elaboração de um projeto de desenvolvimento integral cujo centro seja o rio Douro, com as suas inúmeras potencialidades, e que abranja a área das câmaras municipais ribeirinha; impulsionar a adoção de um compromisso ecológico, cuja finalidade consista na defesa do rio Douro, essencial para a vida das povoações ribeirinhas; denunciar e tratar de impedir possíveis atentados ecológicos; desenvolver programas que melhorem e potenciem a atividade dos seus sócios, nomeadamente no âmbito das infraestruturas e dos serviços especializados; promover e defender os interesses dos seus associados para conseguir o desenvolvimento integral da área geográfica do Douro, para além de melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes.



Comunidade Intermunicipal do Douro

Constituída por escritura pública, pelos 19 Municípios da NUT III Douro, a 15 de janeiro de 2009, tem como principais objetivos: a participação na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional, através dos fundos comunitários; a articulação dos investimentos municipais e de interesse intermunicipal; promoção do planeamento e da gestão estratégica de desenvolvimento económico, social e ambiental do território abrangido.

Fundação Museu do Douro

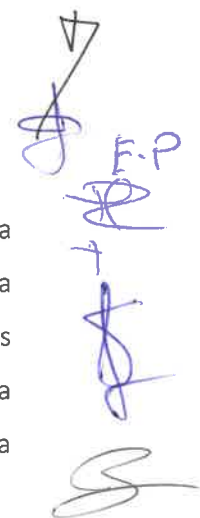
A Fundação Museu do Douro foi criada a 23 de março de 2006, pelo Decreto-Lei nº 70/06. É uma instituição de direito privado e utilidade pública, dotada de personalidade jurídica.

A Fundação tem como objetivo principal a promoção de atividades culturais, que dignifiquem e publicitem a Região do Douro, cabendo-lhe a instalação, a manutenção e a gestão do Museu da Região do Douro, criado pela Lei nº 125/97, de 2 de dezembro, bem como a concretização das atribuições estabelecidas na referida lei.

Douro Alliance

A Associação de Municípios “Douro Alliance - Eixo Urbano do Douro” foi constituída por escritura pública, a 10 de julho de 2009, pelos Municípios do Peso da Régua, Lamego e Vila Real, a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, pela Associação Comercial e Industrial dos Concelhos do Peso da Régua, Santa Marta de Penaguião e Mesão Frio, assim como pela Associação Comercial e Industrial de Vila Real, Associação Empresarial de Lamego e, ainda, pela NERVIR - Associação Empresarial.

O objetivo comum é a criação de uma plataforma de diálogo, partilha e cooperação entre cidades, desenvolvendo uma identidade regional forte, em torno de uma estratégia comum que possa reverter em benefícios partilhados. Com o desenvolvimento das ações previstas na candidatura “Douro Alliance”, procuraremos encontrar estratégias e aproveitar sinergias para a implementação e consolidação de projetos, cujos efeitos se farão sentir, não apenas em Vila Real, Peso da Régua e Lamego, mas também em toda a Região do Douro.



Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular

Constituída pelas 34 principais cidades do Norte de Portugal e da Galiza, a Associação Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular surgiu a 1 de abril de 1992, com o objetivo de desenvolver tecnológica, social, cultural e cientificamente as cidades que a integram, promovendo uma cultura de coesão no território comum.

Com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável da região transfronteiriça, o Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular realiza estudos e projetos (principalmente os que apresentem possibilidade de cofinanciamento estatal, comunitário ou internacional) que visem formas de relacionamento entre agentes, estruturas e entidades públicas e privadas.

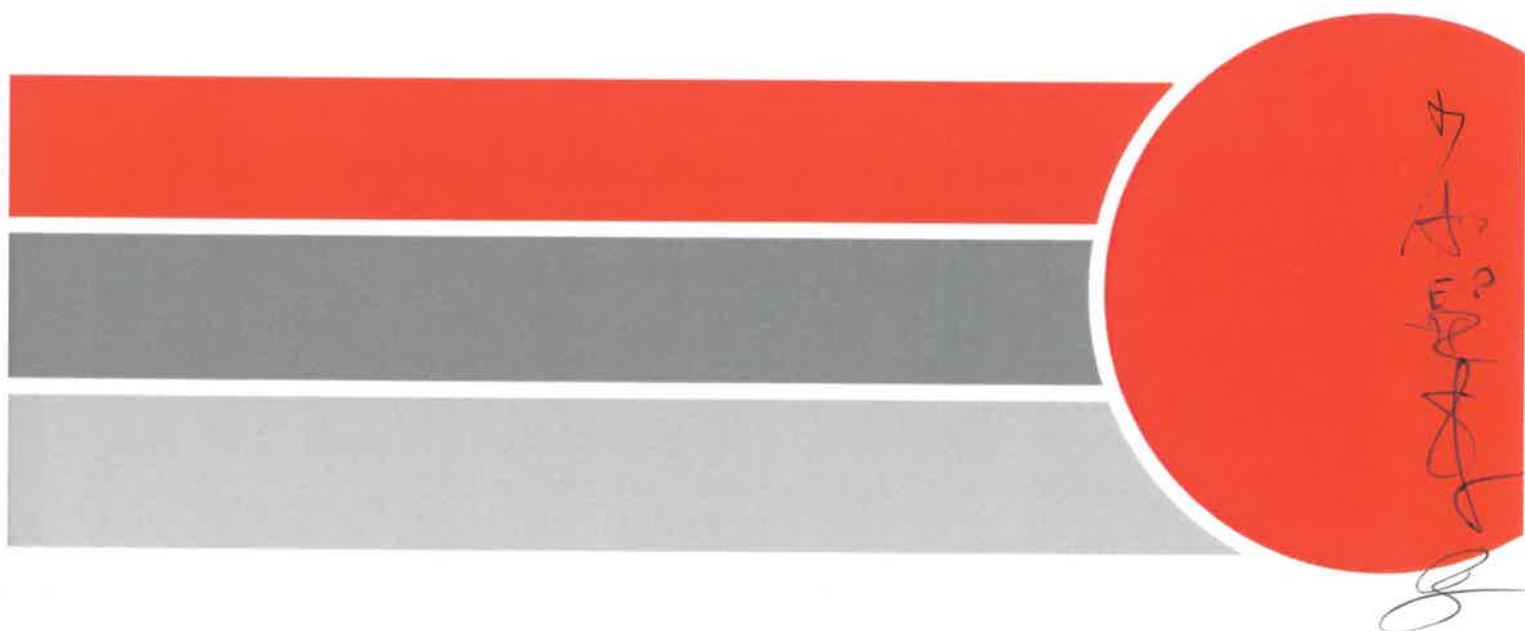
Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte de Portugal

Pessoa coletiva de direito público de âmbito territorial, dotada de autonomia administrativa, financeira e património próprio, foi criada para gerir a área regional de turismo coincidente com o território da NUT II Norte, com estatutos aprovados pela Portaria nº 1039/2008 de 13 de outubro e de acordo com a deliberação nº 358 tomada em Reunião de Câmara de 9 de dezembro de 2008.



D O P S U

Divisão de Obras Públicas e Serviços Urbanos



3 Divisão de Obras Públicas e Serviços Urbanos

Setor de Obras Públicas

Empreitada	Valor de adjudicação
Trabalhos de adaptação no Auditório, Estacionamento e iluminação exterior	3.776,00€
Montagem de postes na zona envolvente ao Clube Caça e Pesca	950,00€
Lavagem, Reparação e Pintura de Paredes na Alameda, junto ao Edifício da Câmara e ao Prédio Fajal	4.020,00€
Sistema de intrusão - Edifício ABBA	925,00€
Construção de muro de suporte no Lugar da Costa - Fontelas	7.370,00€
Pavimentação a cubos em várias zonas da União das Freguesias do Peso da Régua e Godim	8.950,00€
Drenagem de Águas Pluviais e Pavimentação em Aldarete - Sediolos (Estrada Municipal 602)	15.835,68€
Muros e Execução de Plataforma - Contentores no Moledo - Limpeza e Trabalhos Complementares	16.975,00€
Muro de suporte - Central do Moledo	6.215,00€
Alargamento e Pavimentação do Caminho do Cancelo - Fontelas	54.375,00€
Pavimentação de Caminho de Acesso aos Depósitos - Ferraria	7.000,00€
Construção de muro de suporte da Curva do lugar das Finges - Sediolos	7.320,00€
Construção de muro de suporte no Lugar da Várzea - Covo	4.722,00€
Reabilitação Estrada CE Alameda Rotunda Praça Renato de Aguiar	34.342,20€
Alteração Alim. Elevadores AUDIR	2.590,00€
Construção de Troço de Muro de Suporte no Lugar de Avelais - Vinhós	7.750,00€
Reabilitação de relvado na Alameda dos Capitães	5.514,00€
Pavimentação a Cubos em Passos - Sediolos	13.257,00€
Pavimentação a Cubos em várias Zonas do Concelho	33.000,00€

Pavimentação na Estrada de Alvações do Tanha	1.529,00€
Capela Mortuária de Sedielos - Trabalhos Complementares	12.188,94€
Execução de Pavimentação e Beneficiação das Infraestruturas dos Arruamentos da Dourolar - Godim, Peso da Régua	120.644,20€
Pavimentação em Betuminoso a quente - Av. ^a Sacadura Cabral, Rua Augusto Vieira, EM601, Rua da Lousada e Costa do Canavarro	15.309,00€
Reparação de anomalias diversas nas Piscinas Municipais Cobertas do Peso da Régua	6.383,58€
Pavimentação em Betuminoso a Quente - Núcleo Urbano	44.314,00€
Execução de Muro em Xisto e Ramal de Abastecimento de Água - Presegueda - Vilarinho dos Freires	14.000,00€
Complemento à Drenagem Residual Doméstica no Lugar de Passos - Sedielos (Troço Adicional)	53.127,84€
Pavimentação do Caminho de Aldarete - Sedielos	4.500,00€
Reabilitação de Conduta de Águas Pluviais - Ecopista	18.000,00€
Retificação de Anomalias de Imóvel - Lodeiro	3.740,00€
Execução de Acesso de Ligação entre Arruamentos no Lugar das Lajes	11.301,00€
Desvio de Troço de Saneamento na Rua Padre Teixeira de Carvalho - Godim	2.4990,00€
Reabilitação do Pavimento no Cemitério de Godim - Peso da Régua	8.390,00€
Pavimentação da Estrada Régua - Covelinhas - Fase 3	85.100,00€
Reparação e Beneficiação da Capela do Palacete das Caldas do Moledo - Peso da Régua	15.887,50€
Movimento de Terras e Escavação para Implantação da Capela Mortuária de Loureiro	11.192,85€
Execução de Ramal de Ligação à Rede BT do Espaço Multiusos de Promoção e Valorização dos Produtos Endógenos - Galafura	520,00€
Execução de 3 Ramais de Ligação à Rede BT do Centro de Preservação e Valorização dos Recursos Naturais de Poiães	800,00€

Handwritten signature and initials in blue ink, including a large 'S' and 'F' and a signature that appears to be 'F. F. F.' with a checkmark above it.

Construção de Muro e Escadas na Rua das Escávedas - Fase II	2.475,00€
Alargamento de entrada e vedação junto à Capela das Sete Esquinas - Peso da Régua	6.900,00€
Remodelação da sala da Universidade Sénior - Peso da Régua	5.000€
Trabalhos de alteração de cabo/caixas de coluna, montagem de disjuntor e contador - Cais da REFER - Peso da Régua	712,00€
Trabalhos de delimitação da estrada EM 313 - Covelinhas	2,870,00€
Reabilitação da Capela de Santo António - Peso da Régua	12.006,67€
Pavimentação de troço de Estrada EM 313-1 - Galafura	14.000€
Consolidação da Margem Ribeirinha e Reabilitação da Ecopista	32.635,00€
Pavimentação do Caminho da Barroca - Fontelas	13.617,88€
Pavimentação da Estrada EM 313-1 e Colocação de Brita no Talude Junto à Quinta dos Murças - Covelinhas	2.904,00€
Reparação e Beneficiação da Capela do Palacete das Caldas do Moledo - Peso da Régua - Reparação do Soalho	2.450,00€
Pavimentação em Betuminoso a Quente em Várias Zonas do Concelho - Peso da Régua	1.502,50€
Execução das Redes de Abastecimento de Água e de Drenagem de Águas Pluviais entre Moura Morta e Assureiras - Covo	7.867,50€
Execução de Acesso de Ligação entre Arruamentos no Lugar das Lajes - Trabalhos Complementares	2.221,00€



DPDEGT

**Divisão de Planeamento, Desenvolvimento
Económico e Gestão do Território**



4 Divisão de Planeamento, Desenvolvimento Económico e Gestão do Território

INTRODUÇÃO

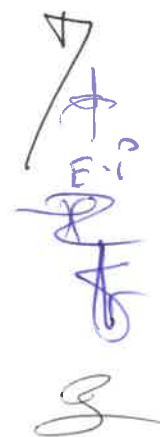
Para além de funções no âmbito do planeamento e promoção do desenvolvimento económico, a Divisão de Planeamento, Desenvolvimento Económico e Gestão do Território (DPDEGT) tem como competências a gestão dos processos da área urbanística - que se traduzem na apreciação de projetos das operações urbanísticas tipificadas e assuntos correlacionados - bem como a gestão do espaço público e de publicidade.

Estão ainda na alçada desta unidade orgânica municipal, a elaboração de estudos e projetos que respondem à estratégia de desenvolvimento definida, muitos dos quais desenvolvidos no âmbito de operações candidatas a cofinanciamento, em cumprimento dos pressupostos estabelecidos nos diversos programas do quadro comunitário de apoio em curso.

Pela importância que representa este instrumento de gestão territorial no nosso município, salienta-se a conclusão do processo de transposição do Plano de Ordenamento das Albufeiras da Régua e do Carrapatelo (POARC) para o Plano Diretor Municipal do Peso da Régua (PDM), no caso do Município do Peso da Régua, em resposta à obrigatoriedade definida no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial. Esta transposição teve, de acordo com o respetivo regime, a configuração de “Alteração por Adaptação” ao PDM (Deliberação n.º 731/2017) e foi concluída antes do prazo anunciado (29 de junho de 2017) não obstante a posterior prorrogação do mesmo.

No âmbito da área de reabilitação urbana, destaca-se a implementação das seis Áreas de Reabilitação Urbana no concelho do Peso da Régua - Peso da Régua I, Peso da Régua II, Peso da Régua III, Salgueiral, Caldas de Moledo e Presegueda - estando já a ser considerado, após a divulgação e entrada em vigor na fase final do ano, os mecanismos de apoio às operações urbanísticas aqui enquadrados que constituem o Instrumento Financeiro de Revitalização e Reabilitação Urbana (IFFRU), geridas e promovidas por uma estrutura de gestão, tendo em reposta ao procedimento definido por esta entidade, o município designado o seu interlocutor local para esta área, designado neste contexto como “ponto focal”.

O Plano de Ação de Regeneração Urbana do Peso da Régua (PARU_PR), elaborado no ano de 2015 por estes serviços e submetido em candidatura apresentada à Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional - Norte 2020 (integrado no Eixo 04 - Qualidade Ambiental), foi durante o ano transato reformulado de forma a incorporar uma área contígua, onde se localiza o Hospital D. Luiz I, equipamento fundamental na estratégia de reabilitação redefinida.



De referir ainda o início do processo de elaboração de documento para exposição da Alteração da Classificação do Município do Peso da Régua em sede do POR Norte, a apresentar ao Conselho Regional no âmbito do POSEUR, reivindicando a mudança de “Centro Urbano de Nível Complementar” atribuída, juntando-se, no âmbito da NUT II Douro, aos municípios de Lamego e Vila Real.

ATIVIDADE

No âmbito da tramitação processual e atividades conexas, continua o processo de desmaterialização de procedimentos, com o recurso às plataformas eletrónicas como meio de entrega de elementos, de consulta às entidades externas e restante tramitação.

Também o fluxo funcional da tramitação processual foi avaliado, tendo-se começado a redefinir o modelo, que se traduzirá durante 2017 numa redistribuição física das diversas secções e gabinetes desta divisão, por um único piso do edifício camarário.

É na área da Gestão Urbanística que se verifica uma maior dinâmica de tramitação processual, permitindo o seu agrupamento por tipologia. Como é habitual neste relatório, para uma melhor compreensão e análise do funcionamento destes serviços, sintetiza-se, no quadro seguinte, a movimentação verificada no ano de 2017, em comparação ao verificado nos últimos cinco anos:

Movimentação Processual	2017	2016	2015	2014	2013	2012
Processos de Obras	97	121	68	58	76	53
Utilização / Alteração de Utilização	31	27	41	51	53	59
Processo de Loteamento	0	0	0	0	0	0
Destaque (certificação)	5	2	3	2	3	5
Informação Prévia	11	7	12	3	5	5
Propriedade Horizontal (Certificação)	4	4	4	7	3	4
Ocupação da Via Pública	15	18	16	13	17	12
Publicidade	6	13	8	7	14	6
Segurança / Salubridade	0	0	0	0	0	0
Diversos	271	246	180	226	202	163
Disposições controlo de funcionamento	5	15	35	64	51	27
Ficha Técnica de Habitação	34	10	16	24	10	16
TOTAL	479	463	383	455	434	350



Da leitura do quadro resulta o aumento geral do n.º de movimentos processuais por comparação com o ano anterior (479), para o maior número dos últimos cinco anos.

SECÇÃO ADMINISTRATIVA

Na Secção Administrativa está atribuída a coordenação e execução de todas as funções e ações de natureza administrativa reportadas ao Setor de Gestão Urbanística e Setor de Fiscalização, segundo o consagrado no Regime Jurídico de Urbanização e Edificação e demais legislações aplicáveis, bem como os respetivos regulamentos municipais.

No ano de 2017, foram instruídos 479 processos administrativos, tendo sido, no que se refere ao licenciamento no âmbito de operações urbanísticas, emitidos os títulos que se elencam no quadro seguinte, representando um aumento em relação a 2016.

Títulos	2017	2016
Alvarás de Obras de Construção e Comunicações Prévias	58	22
Alvarás de Utilização	33	35
Alvarás de Loteamento	0	0
Aditamentos	1	5
Certidões	140	127



SETOR DE GESTÃO URBANÍSTICA

No Setor de Gestão Urbanística, a atividade desenvolvida traduz-se, em síntese, no quadro apresentado em baixo.

Para além da análise processual que conduziu à emissão de informações técnicas consubstanciadoras de despacho e deliberação, os técnicos superiores destes serviços prestaram o devido esclarecimento técnico e processual, no âmbito do espaço semanal constituído para o efeito.

De referir ainda a participação dos mesmos técnicos em comissões de fiscalização e vistoria cujas ações não são aqui discriminadas.

Destaque para o número de requerimentos informados que aumentou em 478, representando uma subida de mais de 1050 requerimentos em relação ao ano de 2015.

Os outros parâmetros mantêm-se sensivelmente iguais com um ligeiro acréscimo em relação ao ano transato, com exceção para o aumento do número de despachos pelo chefe de divisão, por delegação de competências do vereador do pelouro.

Obras Particulares		2017	2016
Processos		479	463
Requerimentos		1159	994
Informados		2886	2408
Deferidos	por despacho	480	674
	por deliberação	53	58
Informações Técnicas	Chefe de Divisão	1043	738
	Técnicos	1310	938
Pareceres Externos		176	110
Ofícios / Notificações		985	807

SETOR DE FISCALIZAÇÃO

Ao Setor de Fiscalização compete fiscalizar as atividades de construção no âmbito do território municipal, tendo como principal vetor da atuação, salvaguardar, garantir ou repor a legalidade urbanística.

Neste quadro genérico de competências e atribuições das funções desempenhadas por este setor resumem-se ao seguinte quadro:

Fiscalização
Obras Fiscalizadas
Verificação de livros de obra
Participações
Embargos
Ocupações da Via Pública
Pedreiras
Publicidade
Mobiliário
Irregularidade por Denúncia



SETOR DE DESENHO, CARTOGRAFIA E SIG

O Setor de Informação Geográfica (SIG), é atualmente assegurado por uma única técnica superior. Considerando que a mesma se encontrou, por licenças de maternidade e amamentação, em grande parte do ano de 2017, ausente do serviço ou parcialmente presente, as funções deste gabinete resumiram-se assim a ações esporádicas na identificação cadastral, atualização e sistematização cartográfica.

GABINETE DE ESTUDOS E PLANEAMENTO

O Gabinete de Estudos e Planeamento (GEP) tem como principais atribuições, a elaboração de estudos e projetos para ações de requalificação urbana ou de construção de equipamentos concelhios de iniciativa autárquica ou em parceria, o apoio às respetivas obras, e o desenvolvimento ou acompanhamento dos diversos processos de planeamento.

De referir, que muitos dos trabalhos, estudos preparatórios ou projetos serviram de enquadramento ou suporte a candidaturas ao novo quadro comunitário de apoio, como tem vindo a ser prática habitual ao longo dos últimos anos.

Para além das competências que estão diretamente atribuídas ao GEP, esta estrutura, considerando a multidisciplinaridade da sua equipa, tem, ao longo dos anos, apoiado outras divisões orgânicas do município em diversas ações e tarefas, das quais se destacam no ano de 2017, as abaixo elencadas.

Também o atual quadro do GEP, constituído por dois técnicos superiores (Arquiteta e Arquiteto Paisagista) e por um assistente técnico (Desenhador), foi em alguns momentos do ano afetado pela ausência, por motivos relacionados com licença de maternidade, de alguns desses elementos, diminuindo circunstancialmente a capacidade de resposta do gabinete. Ainda assim, no exercício do ano de 2017, o GEP colaborou ou elaborou os seguintes trabalhos:

Estudos

ARU's | Áreas de Reabilitação Urbana - alteração;
PARU | Plano de Ação de Regeneração Urbana - redefinição;
Regulamento dos Espaços Verdes - proposta;
PPPR| Plano de pormenor do parque ribeirinho (apoio).



Projetos

Capela Mortuária de Loureiro | projeto execução;

Casa dos Cantoneiros | projeto execução;

Reabilitação do Bairro Social da Azenha - Eficiência Energética | anteprojecto;

Reabilitação do Bairro Social da Casa do Povo de Moura Morta - Eficiência Energética | anteprojecto;

Reabilitação do Bairro Social da Avenida Diocese de Vila Real - Eficiência Energética | anteprojecto;

Reabilitação do Bairro Social Hotel Vilhena - Eficiência Energética | anteprojecto;

Reabilitação do Bairro Social da Junta Autónoma de Estradas - Eficiência Energética | anteprojecto;

Requalificação Ambiental da Foz do Corgo | projeto execução;

Reabilitação dos Ecossistemas Ribeirinhos da Ribeira da Meia Léguas | projeto execução;

Município do Peso da Régua - Edifício | levantamento;

Atendimento do Município - CMPR | projeto geral;

Apoio a outras Divisões ou Entidades Externas;

Requalificação Ambiental da Foz do Corgo | projeto execução (APA);

Reabilitação dos Ecossistemas Ribeirinhos da Ribeira da Meia Léguas | projeto execução (APA);

Requalificação Ambiental do Estuário de Covelinhas | anteprojecto (APA);

Requalificação Ambiental das Margens do Rio Corgo | anteprojecto (APA);

Reabilitação dos Ecossistemas Ribeirinhos da Ribeira da Meia Léguas - Foz | anteprojecto (APA).

Planeamento

Durante o ano de 2017, e considerando que essa tarefa foi totalmente assumida por esta divisão, foi dado o enfoque prioritário a transposição de normas do POARC para o PDM, no âmbito da tarefa consagrada no artigo 78.º - "Planos Especiais" da Lei de Bases de Política Pública de Solos, Ordenamento do Território e Urbanismo (LBPPSOTU) e na sequência do trabalho prévio desenvolvido pela CCDR-N, que as identificou.

Esta transposição do POARC para o PDM foi aprovada por declaração – conforme o disposto no n.º 3 do artigo 121.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio (Regime Jurídico de Instrumentos

de Gestão Territorial — RJGT) - em sede de sessão de câmara, na sua reunião ordinária de carácter público, realizada em 8 de junho de 2017, e publicada na II Série do Diário da República, em 31 de julho de 2017.

A expectativa da transposição do POARC, condicionou o desenvolvimento do Plano de Pormenor do Parque Ribeirinho do Peso da Régua, cuja concretização se prevê agora - que as regras se encontram mais estabilizadas, carentes só da validação dos anteriores termos de referência para a respetiva Unidade Operativa - para curto prazo.

Do decurso do ano transato resulta ainda, por via das conclusões tidas em sede de reuniões com a CCDR-N e outras entidades com jurisdição sobre a matéria, na modalidade de desenvolvimento do Plano de Pormenor de Caldas de Moledo, a reiniciar-se, sob a forma de Plano Intermunicipal (a desenvolver com a Câmara Municipal de Mesão Frio), conforme consagrado no respetivo regime dos instrumentos de gestão territorial em vigor.

De referir ainda, conforme já sucintamente explicado na introdução, a conclusão do processo de elaboração de documento para exposição / reivindicação da mudança do nível urbano a apresentar ao Conselho Regional no âmbito do POSEUR.

GABINETE TÉCNICO FLORESTAL

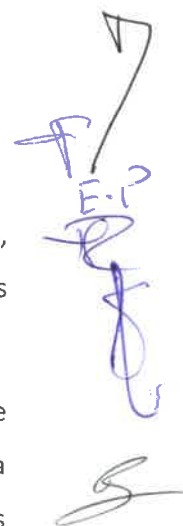
O Gabinete Técnico Florestal tem por objetivos a concretização das tarefas de planeamento, operacionalidade, gestão, controlo e administração, de modo a que o combate aos incêndios florestais seja estruturado e eficaz.

Este gabinete, constituído por uma técnica florestal, trabalha em consonância com o Gabinete de Proteção Civil, e no ano de 2017, embora também tenha visto diminuída a sua atividade por via da ausência por licença de maternidade na parte final do ano, garantiu a sua atividade pelos seguintes níveis de planeamento, operacional e administrativo:

Planeamento

Elaboração anual do Plano Operacional Municipal (POM) que é feito e aprovado todos os anos durante o mês de maio;

Participação nas tarefas de planeamento e ordenamento dos espaços rurais dos municípios e nas questões de proteção civil.



Operacional

Acompanhamento dos Programas de Ação previstos no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, nomeadamente no que respeita às faixas de gestão de combustível, que engloba a notificação dos proprietários para execução destas faixas de gestão de combustível de acordo com a legislação em vigor e posterior fiscalização. Inclui, ainda, o apoio junto da população sobre a legislação em vigor;

Tratamento de toda a informação relativamente aos incêndios florestais e cartografia das áreas ardidas;

Relacionamento e apoio às entidades públicas e privadas que participam na Defesa da Floresta Contra Incêndios, nomeadamente GNR, ICNF, entre outros;

Acompanhamento e divulgação junto da população do Índice de Risco de Incêndio Florestal, com maior incidência no período crítico;

Apoio na realização de ações de sensibilização em conjunto com o Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente da GNR. No ano passado foram realizadas duas ações no concelho, nas freguesias de Sedielos e de Poiares;

Apoio no setor silvo pastoril, nomeadamente na seleção e execução de áreas para a renovação de pastagem e também faixas de contenção de incêndios. Estão marcadas faixas nas freguesias de Sedielos e Vinhós;

Verificação de todos os pontos de água do concelho no que se refere à sua operacionalidade antes do início da época de incêndios florestais.

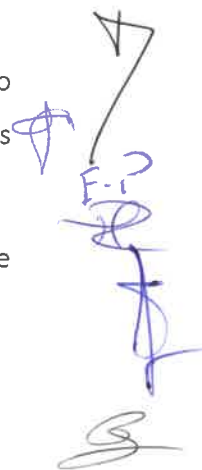
Administrativo

Emissão de propostas e pareceres durante todo o ano no que se refere à realização de queimas, queimadas e lançamento de fogo de artifício;

Atualização das bases de dados e gestão SIG ao nível da Defesa da Floresta Contra Incêndios;

Participação na recolha de informação e apoio técnico em todo o processo de elaboração do Plano Municipal de Emergência do concelho, que foi elaborado no ano passado e que se encontra em submissão na ANPC para emissão de parecer técnico;

Apoio no Setor de Informação Geográfica na emissão de plantas de localização e plantas cadastrais.



DDSE

Divisão de Desenvolvimento Social e Equipamentos



5 Divisão de Desenvolvimento Social e Equipamentos

ASSOCIATIVISMO

Em 2017, o Município do Peso da Régua contava na sua base de dados com um total de 49 associações com a seguinte distribuição, segundo o seu objeto social: 14 culturais, 16 desportivas, 8 juvenis e 11 sociais.

Segundo o Programa de Apoio ao Associativismo, implementado neste Município desde 2007, estas associações podem usufruir de quatro tipos de apoio: monetário, transporte, cedência de instalações/equipamentos e logístico.

A estas associações foi atribuído um total global monetário de 602.123,28€ repartidos da seguinte forma: associações juvenis 63.404,50€, associações culturais 80.216,50€, associações desportivas 250.764,00€ e associações sociais 207.738,28€ (inclui refletido o valor de apoio atribuído às IPSS'S e Associação dos Bombeiros Voluntários do Peso da Régua).

Relativamente aos apoios inerentes à cedência de instalações desportivas, que em 2017 contou com mais um espaço desportivo para cedência às instituições, o Campo Dr. Rui Machado, estes traduzem-se num custo total de 178.150,50€ sendo que os custos referentes ao Estádio Municipal Artur Vasques são de 90.560,00€, ao Pavilhão Multiusos António Saraiva totalizam 43.990,50€ e ao Campo Dr. Rui Machado 43.600,00€ (aumento de cerca de 44.000,00€ em apoio)

Os apoios de termos de transporte também foram contabilizados e os 308 pedidos de transporte satisfeitos em 2017 traduziram-se num custo total para o Município de 90.252,00€.

Desde 2014 que refletimos o apoio concedido com a cedência de espaços onde as associações podem ter a sua sede com as condições físicas necessárias para o desenvolvimento das suas atividades, sendo que em 2017 este apoio resulta em 237.600,00€, aumento de cerca de 139.000,00€ que resultou de um aumento no número de cedências e no ajuste dos custos imputados aos imóveis.

Pela primeira vez o apoio ao associativismo ultrapassa a barreira do milhão de euros, sendo que o valor real e global dos subsídios atribuídos é de 1.108.125,78€, um investimento de mais de 130.000,00€ comparativamente ao ano anterior, decorrente da aposta do Município no apoio à dinâmica associativa concelhia que se revestem de uma importância para a visibilidade do concelho.

Tal como nos anos anteriores, podemos verificar que, apesar de as associações desportivas continuarem a ser a classe associativa com maior percentagem de apoio, verificou-se um

aumento de subsídios concedidos a outras associações, nomeadamente as juvenis, de forma a estimular uma maior dinâmica associativa concelhia.

LOJA INTERATIVA DE TURISMO

Desde fevereiro de 2017 que o Município faz a gestão da Loja Interativa de Turismo (adiante LIT) integrando a rede de equipamentos municipais.

Até agosto de 2017 foi apenas feita a recolha estatística respeitante à afluência e nacionalidade dos turistas que procuraram a loja, sendo que a partir desse mês foi alargado o leque de recolha estatística e, portanto, os gráficos das motivações, do género e da afluência por período de trabalho e dias de funcionamento.

Posto isto, foram feitos um total de 14.463 atendimentos na LIT durante todo o ano de 2017, sendo o mês de maio o de maior afluência de turistas na LIT, tanto em termos de procura por parte dos nacionais como de estrangeiros.

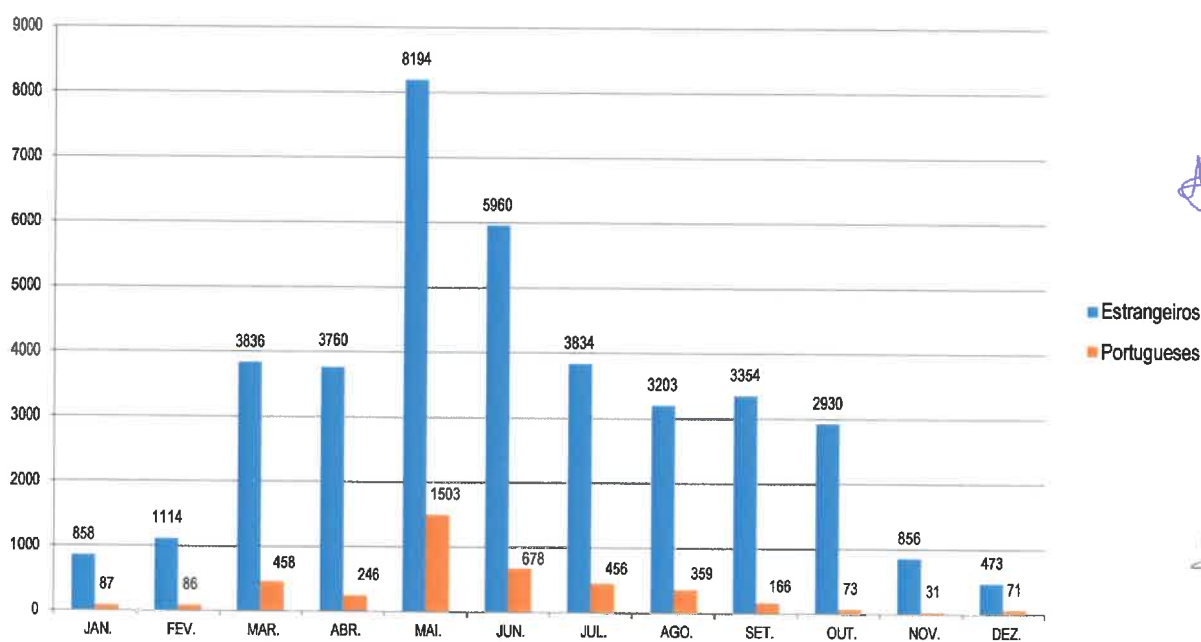


Gráfico 1 – Distribuição da procura da LIT por mês e origem (elaboração própria)

Na análise feita por nacionalidades (gráfico 2), ainda que haja um maior detalhe na recolha estatística das mesmas, foram considerados para efeitos de representação gráfica as 10 nacionalidades que têm maior peso no total da procura e somando numa única ponderação as "Outras Nacionalidades". Pela análise percebemos que os Portugueses constituem cerca de 29%

da procura da LIT, seguidos pelos Franceses, Ingleses e Espanhóis, tendo os Norte Americanos a fechar o top 5 dos públicos estrangeiros que procuram a LIT.

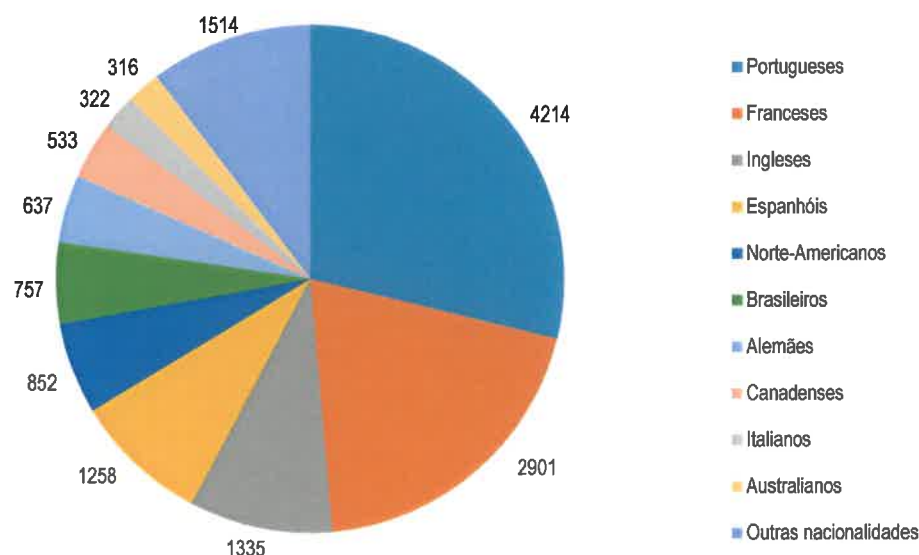


Gráfico 2 – Distribuição da procura da LIT por nacionalidades (elaboração própria)

Relativamente ao que motivou a ida à LIT (Gráfico 3), o destaque é claro para a pergunta “o que visitar na cidade e no concelho”, no fundo referem-se a uma abordagem de carácter geral sobre o que temos de oferta, surgindo em segundo lugar a procura por informações relativa apenas a quintas e enoturismo do concelho ou da região. Destaque para a procura de informações sobre cruzeiros e sobre o Museu do Douro, o que adicionado ao segundo lugar do registo de motivações, revela um considerável interesse pelo rio e pela paisagem que oferecemos.

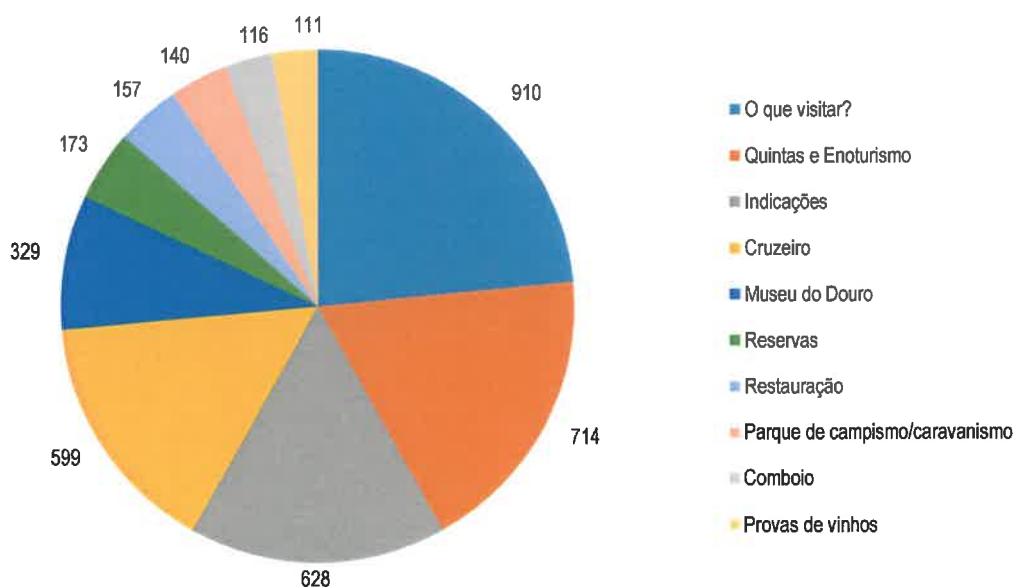


Gráfico 3 – Procura da LIT por motivação (elaboração própria)

Handwritten signature and initials in blue ink.

Foi feito ainda o registo dos visitantes por género e por idades (Gráfico 4), revelando que a procura por parte do género feminino ligeiramente superior à do género masculino e nos dois géneros a faixa dos 51-60 anos a que maior preponderância tem nos resultados.

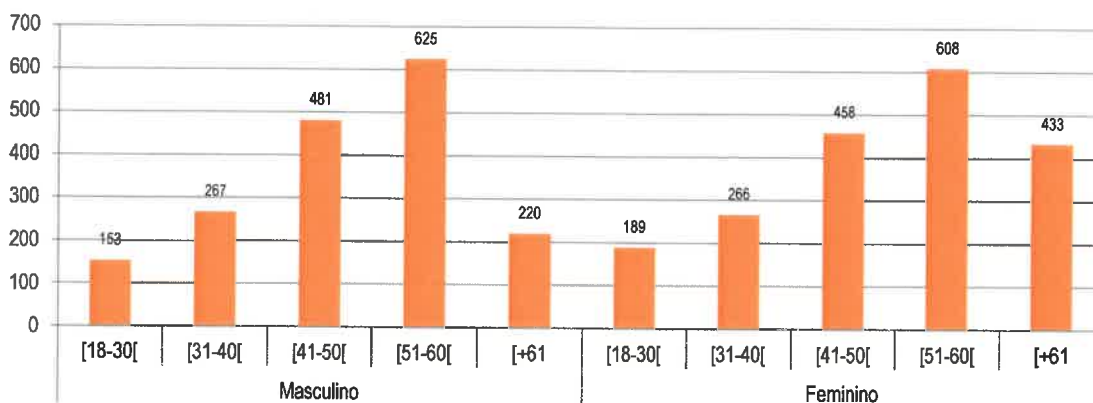


Gráfico 4 – Procura da LIT por género e faixa etária (elaboração própria)

No que respeita ao período do dia em que a LIT é mais procurada (Gráfico 5), a parte da manhã é a que regista maior procura tendo como pico o horário compreendido entre as 11:01 e as 12:00. Já no que respeita aos dias da semana (Gráfico 6), existe uma certa homogeneidade na procura, sendo o domingo o dia em que a LIT tem menos procura.

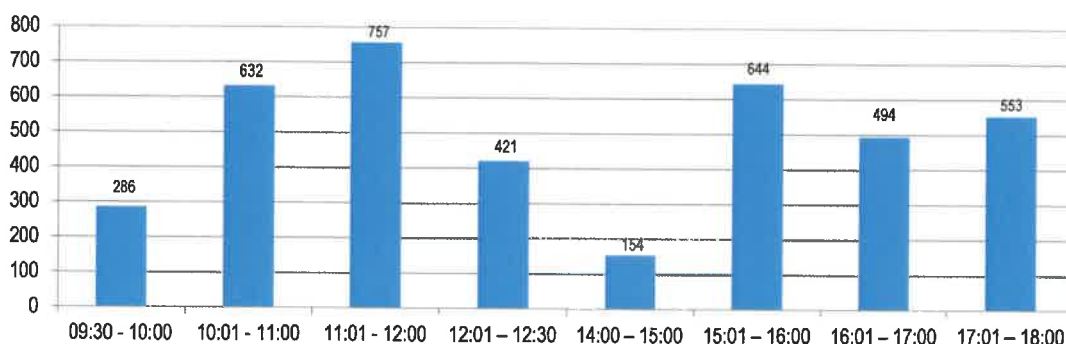


Gráfico 5 – Procura da LIT por período de trabalho (elaboração própria)

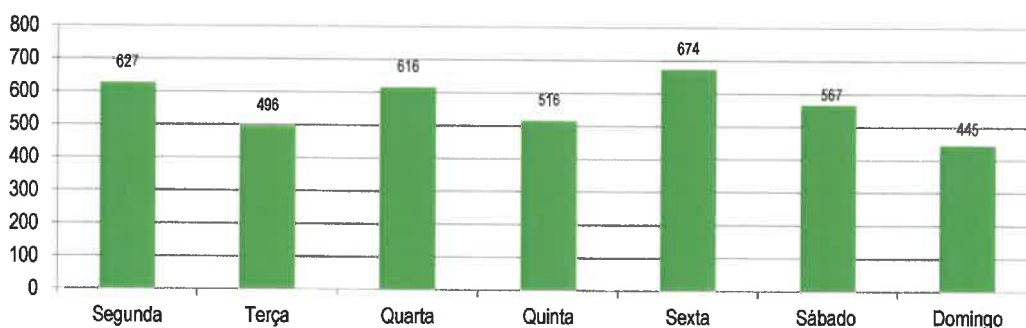


Gráfico 6 – Procura da LIT por dia da semana (elaboração própria)

Handwritten signature and a large arrow pointing downwards.

AUDIR

De 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2017, o Auditório Municipal do Peso da Régua promoveu 110 sessões de cinema, 52 espetáculos e 7 exposições temáticas. Em resposta à programação levada a cabo, tivemos 20.584 espetadores. No que respeita ao investimento, registou-se uma despesa de 132.550,00€ e receita de bilheteira de 67.619,00€.

BIBLIOTECA MUNICIPAL

Em funcionamento desde o ano de 2006, a Biblioteca Municipal do Peso da Régua conta, à data de 31 de dezembro de 2017, com 2.475 utilizadores inscritos, mais 5,4% que no ano de 2016.

Registaram-se no ano de 2017 na Biblioteca Municipal 659 pedidos de empréstimo domiciliário, realizando-se 1.497 empréstimos de volumes/unidades físicas, menos 7,1% do que em 2016.

No ano de 2017 a Biblioteca Municipal registou 16.341 visitas e uma taxa de ocupação de lugares sentados para uso público de cerca de 28,6%, mais 4,5% e 14,7%, respetivamente, do que em 2016, sendo contabilizadas 1.878 sessões de acesso à internet.

Do fundo bibliográfico existente na Biblioteca Municipal, os volumes/unidades físicas totalizam 23.365 registos, dos quais 65,3% se encontram registados e disponíveis aos seus utilizadores.

A XX Feira do Livro do Douro, em resultado da mudança do seu habitual calendário do mês de setembro para maio, registou uma maior procura por parte de distintos públicos, tanto na adesão ao programa apresentado, bem como ao nível das vendas registadas. Foi dada continuidade ao alargamento da sua área física de atuação, da Biblioteca Municipal para outros espaços, como é o exemplo de apresentações de livros e tertúlias em estabelecimentos de ensino. Existiu ainda uma aposta na realização de atividades nos dias de fim de semana, de forma a potenciar os recursos existentes na captação de públicos de cariz familiar.

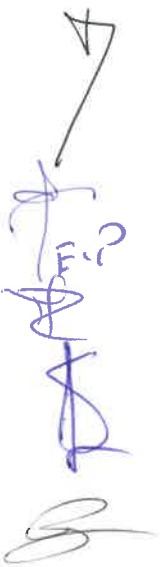
Como meio de rentabilização dos recursos físicos, humanos e financeiros, deu-se continuidade às parcerias já existentes com diversas instituições do concelho de cariz educacional e social, com particular incidência nos públicos que frequentam os níveis de ensino desde o pré-escolar até ao 3.º CEB.

Das atividades correntes que são realizadas, como encontros com escritores/apresentação de livros, exposições sobre livros e autores, exposições de artes plásticas, conferências/palestras, *ateliers* de promoção da leitura, no ano de 2017, a Biblioteca Municipal continuou a participar e



a realizar um número significativo de ações - na sua grande maioria em parceria com as mais diversas coletividades de âmbito local, regional e nacional -, das quais se destacam:

- A Semana Nacional da Leitura;
- As comemorações do Dia Mundial do Livro, do Dia Mundial do Livro Infantil e do 25 de abril;
- O Concurso de Leitura Ler é Crescer;
- As Conversas à Quinta;
- Em abril Letras Mil;
- O projeto Ler... Comunicar... Integrar...;
- Apresentações de livros/revista
 - *Acorda*, de Albertina Silva;
 - *Por Cá e Entre Nós*, de Manuel Igreja;
 - *O Meu Moledo – Crónicas de João de Araújo*, org. de Helena Gil;
 - *Geia n.º 5*, de Tertúlia João de Araújo Correia;
 - *Larga Quem Não Te Agarra*, de Raul Minh'Alma;
 - *O Mudo Que Não Mudava*, de Thomas Bakk;
 - *O Último Conjurado*, de Isabel Ricardo;
 - *A História de Martim Pescador e o Senhor Gaspar*, de Pedro Suarez;
 - *História do Senhor Sisudo Que Sabia Tudo Tudo*, de Manuela Ribeiro;
 - *A Lua do Lobo*, de Madalena Barreto Condado.
- Atelier's
 - *Jogos Tradicionais do Tempo dos Meus Pais*;
 - *O Meu Primeiro Livro*;
 - *Biscoitos com Histórias de Natal*;
 - *Caça ao Ovo da Páscoa*.
- Exposições
 - *Histórias do Nosso Jardim*.
- Atividades diversas
 - Visita a Serralves | Finalistas do Concurso *Ler é Crescer*;
 - Parceiro na realização da 1.ª edição da *EXPOKIDS*;
 - Parceiro na realização da *HANDMADE in Régua – Feira de Artesanato*.
 - Visita ao Museu Marítimo de Ílhavo | Alunos com NEE's, no âmbito do projeto *Ler... Comunicar... Integrar...*;



- Sessões de contos, peças de teatro e espetáculos literários;
- *Leve um Livro, Receba uma Rosa*;
- Comemoração do Dia Mundial da Árvore, com a obra *A Árvore das Folhas que Doem*, para alunos do Pré-Escolar;
- *Flores que Contam... a Primavera*;
- *Dia de S. Valentim*.

GABINETE DE AÇÃO SOCIAL, HABITAÇÃO E ESPAÇO SOLIDÁRIO

A política de ação social do Município do Peso da Régua tem como principal objetivo a construção de um território mais justo, solidário e coeso. É nesse sentido que têm sido promovidos projetos e ações voltados essencialmente para o bem-estar físico, psíquico e social dos reguenses, independentemente da sua estrutura etária ou social.

O agravamento de indicadores como a taxa de desemprego e todas as consequências que daí advêm, nomeadamente os problemas relacionados com o alcoolismo, toxicodependência, violência doméstica, crianças e jovens em risco, entre outros, fazem da inclusão social uma prioridade municipal. Como tal, nos últimos anos, tem sido prática do Município do Peso da Régua apostar em iniciativas, programas e projetos de ação social. A autarquia tem levado a cabo um conjunto de políticas sociais com o objetivo de minimizar as condições vulneráveis em que algumas pessoas vivem e que não desatendem as questões envoltas da cidadania.

Esse trabalho realizado traduz-se no número de atendimentos, encaminhamentos e trabalho em rede com os demais parceiros, que se traduzem entre janeiro a dezembro de 2017 nos seguintes números: atendimentos – 433; visitas domiciliárias – 210; reuniões de trabalho/parceria – 89; encaminhamentos – cerca de 135 para instituições parceiras.

É de referir que em 2017, o número médio de atendimentos por mês foi de 36, sendo realizado de forma presencial ou telefonicamente, atingindo o pico no mês de novembro, aquando as inscrições para o cabaz de natal. Os mesmos números refletem o número de visitas, são realizadas em média 17 visitas/mês, sendo que no mês de dezembro este número é mais elevado devido à atividade dos cabazes de Natal. Realizam-se em média cerca de 4 reuniões/mês com os parceiros e ressalva-se a importância do trabalho que é realizado em rede, pois o trabalho promovido por cada uma das entidades é um contributo fundamental para a minimização ou resolução da problemática exposta em atendimento e/ou em visita domiciliária, sendo necessário o devido encaminhamento de cada situação.



Por sua vez, o Espaço Solidário, tem funcionado nos períodos da manhã e da tarde para melhor servir os munícipes e famílias que usufruem deste apoio social. Através do Espaço Solidário, a Câmara Municipal contribui para uma melhoria das condições de vida de pessoas em situação de maior vulnerabilidade social, através da atribuição totalmente gratuita de bens, tais como têxteis, loiças, vestuário e calçado, mobiliário, eletrodomésticos, material didático e brinquedos, entre outros. É de salientar que esta resposta é assegurada pelo trabalho voluntário de cidadãos da comunidade, bem como por desempregados inseridos em programas de medidas de emprego – Contrato Emprego Inserção + ou Contrato Emprego Inserção, em articulação com o IEFP.

De referir ainda a parceria com o Supermercado Continente, numa ótica de responsabilidade social, que cede mensalmente produtos que se encontram fora de venda.

De janeiro a dezembro de 2017, realizaram-se 580 entregas de cabazes alimentares, sendo que 240 cabazes foram distribuídos mensalmente a cerca de 30 famílias identificadas como prioritárias no apoio alimentar. De referir que a procura deste apoio tem vindo a aumentar. No total das 520 distribuições alimentares, 340 dizem respeito à atividade pontual de distribuição de Cabazes de Natal no mês de dezembro de 2017. Ao longo de 2017, o Espaço Solidário apoiou uma média de 15 famílias/mês, na procura de bens, nomeadamente vestuário e calçado, 24 famílias foram apoiadas com mobiliário.

No total, o Espaço Solidário sinalizou cerca de 10 famílias novas, perfazendo um total de 89 famílias sinalizadas ao Espaço Solidário, tendo o número de sinalizações aumentado em relação às anteriores sinalizações ao Espaço Solidário.

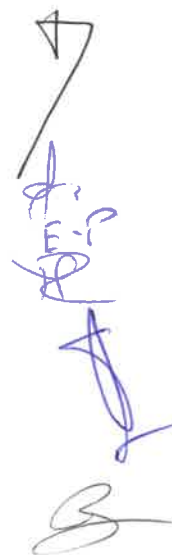
No âmbito da sua atuação nos domínios da ação social e de educação, no ano letivo 2016/2017 foram atribuídas 15 bolsas de estudo a estudantes do concelho com condições socioeconómicas mais vulneráveis, no valor de mil euros a cada aluno.

Por último, e de forma sumária, referem-se algumas das atividades desenvolvidas ao longo do ano de 2017 no âmbito da intervenção comunitária:

- Participação e apoio prestado pelo Gabinete à Comissão de Crianças e Jovens em Risco. Foi ainda reforçado o apoio técnico, disponibilizando a autarquia dois técnicos do gash, para a melhoria da intervenção dessa comissão, nomeadamente na realização de atendimentos conjuntos/reuniões, entre outras atividades previstas em regulamento e plano de ação da Comissão;



- Participação em reuniões quinzenais e colaboração com o Núcleo Local de Inserção, protocolo entre a SCM e o ISS, na sinalização, agilização e acompanhamento dos utentes com processos de RSI;
- Realização de trabalho em parceria com o Gabinete de Inserção Profissional, na sinalização e encaminhamento de casos;
- Apoio e participação nas atividades de carácter comunitário, desenvolvidas e implementadas pelo Programa CLDS 3G ao longo do ano;
- Elaboração da candidatura ao Programa Escolhas (ACM), tendo sido aprovada pelo período de 9 meses;
- Integração/ Acolhimento de estagiários do Curso de Serviço Social da Universidade de Trás os Montes e Alto Douro (UTAD) e do Curso Técnico Superior em Intervenção Social e Desenvolvimento Comunitário da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego (ESTGL), cerca de (4) alunos/ano;
- Continuação da dinamização do Banco Local de Voluntariado através do encaminhamento para instituições do concelho e afetação de outros voluntários ao Espaço Solidário. Em 2017 contou-se com mais 1 nova inscrição de voluntários num total de 12 inscritos;
- Continuação da dinamização do CLAS da Rede Social - no âmbito do trabalho promovido pela Rede Social, tendo sido realizadas 9 reuniões mensais, com o Núcleo Executivo local (composto por 7 entidades parceiras) e 2 reuniões plenárias com os elementos do Conselho Local de Ação Social (43 entidades parceiras), com o objetivo de colocar em prática estratégias de desenvolvimento social do concelho;
- Representação da interlocutora da Rede Social do Peso da Régua no núcleo operativo da Plataforma Supraconcelhia Douro (PSC) – ISS (integram o núcleo operativo do Douro 7 representantes da Rede Social, num total de 20 concelhos/Redes Sociais), em 3 reuniões de trabalho;
- Reforço da importância do trabalho em rede, apoio na identificação de famílias em situação de carência alimentar, definição de programas de inserção conjuntos, ingresso cantina social e encaminhamento para apoios sociais promovidos pela segurança social;
- Continuação da operacionalização da atividade - carrinha domiciliária - através da identificação e encaminhamento de situações. De janeiro a dezembro de 2017 foram sinalizadas e solucionadas 235 situações, na sua maioria sinalizações de idosos isolados com situação irregular na habitação, ou de famílias com baixos recursos económicos.



GABINETE DE INSERÇÃO PROFISSIONAL

O Gabinete de Inserção Profissional (GIP) é uma estrutura de apoio ao emprego que, em estreita cooperação com Instituto de Emprego e Formação Profissional de Vila Real (IEFP. I.P), presta apoio a jovens e adultos desempregados, na definição ou desenvolvimento do seu percurso de inserção ou reinserção no mercado de trabalho. O Gabinete encontra-se em funcionamento desde 2009 e está situado na estrutura central da Câmara Municipal do Peso da Régua.

O GIP procurou em parceria com os diversos agentes económicos do concelho combater o desemprego através da contratualização e da inserção profissional de desempregados, promovendo desta forma mais e melhores condições de vida para os munícipes.

Desde o início da sua atividade até ao presente, o Gabinete de Inserção Profissional pode contabilizar 2104 inscrições de munícipes, que estando numa situação de desemprego, ou em condições precárias de empregabilidade, procuram uma nova oportunidade profissional. No ano de 2017, a Técnica Animadora do GIP realizou 97 novas inscrições.

De janeiro a dezembro de 2017, o GIP realizou 10 Sessões Informativas de Medidas Apoio ao Emprego, 8 Sessões de Informação relativas aos Direitos e Deveres dos Desempregados Subsidiados e ainda, 15 Ações de Apoio à Procura de Emprego e Desenvolvimento da Atitude Empreendedora, tendo abrangido um total de 525 utentes.

Diariamente, são realizados pela Técnica Animadora do GIP uma média de 7 a 10 atendimentos, apoiando os diversos munícipes desempregados na procura ativa de emprego, elaboração dos respetivos currículos *vitae* e cartas de apresentação e informação sobre as diversas medidas de apoio promovidas pelo IEFP, I.P, perfazendo uma média de 180 atendimentos/mês.

Foram registadas 34 novas ofertas de emprego e cerca de 12 utentes desempregados ficaram colocados. Foram encaminhados para entrevistas, através de sites de procura ativa de emprego e jornais locais, cerca de 404 utentes.

No que respeita ao apoio na submissão de candidaturas às diversas Medidas Ativas de Emprego e Medidas de Apoio à Contratação, o GIP estabeleceu continuamente, parceria com 37 Entidades Privadas e Públicas, 32 das quais pertencentes ao Concelho do Peso da Régua, tendo sido submetidas 42 candidaturas e colocados 57 munícipes reguenses. Seguidamente, foi também prestado apoio a estas Entidades na gestão dos processos de candidaturas, nomeadamente no preenchimento de mapas de assiduidade, listagem de despesas pagas, elaboração de contratos e resolução de outras questões, em articulação com os Técnicos do Serviço de Emprego de Vila Real. Para além das respostas que o GIP tem vindo a dar às diversas



entidades do concelho, surgiu também a necessidade de apoiar outras Entidades de zonas mais limítrofes, nomeadamente nos Concelhos de Lamego, Vila Real, Santa Marta de Penaguião e Sabrosa num total de 6 candidaturas.

Relativamente à formação profissional, o GIP conseguiu concretizar o encaminhamento de 162 munícipes para ofertas formativas, nomeadamente em Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) e Cursos de Aprendizagem destinados a Jovens que não tenham completado a escolaridade mínima obrigatória, em diversas áreas tais como, Técnico Auxiliar de Saúde, Técnico de Turismo Ambiental e Rural, Operador de Jardinagem, Geriatria, Assistente Familiar e Apoio à Comunidade e Formações Modulares, entre outras áreas. Uma outra resposta do Gabinete passa pela disponibilização de informação aos munícipes sobre a existência de outras possibilidades a nível formativo, ou pelo encaminhamento formal ou informal, para outras Entidades locais, tais como a ARDAD, Associação de Desenvolvimento da Régua (ADR), Talentus, A2000, Associação de Agricultores do Baixo Corgo, Escola Secundária Dr. João de Araújo Correia e Escola Profissional de Desenvolvimento Rural da Régua.

Muitas têm sido também as parcerias que o GIP tem estabelecido ao longo do tempo, sempre com o objetivo primordial de dar uma resposta mais célere, eficaz e individualizada a todas as necessidades sentidas ao nível do emprego pelos seus munícipes, orientando-os e encaminhando-os sempre para a resposta mais válida existente em cada momento. Neste momento, os parceiros de destaque que colaboram de uma forma completa com o GIP são o Centro de Emprego de Vila Real, o Gabinete de Ação Social do Município, o Instituto da Segurança Social do Peso da Régua e o Projeto CLDS 3G.

A difícil situação económico-financeira que o nosso País atravessa há já alguns anos, leva a que as taxas de desemprego, se mantenham em níveis bastante elevados. É precisamente neste sentido que a atuação do GIP se torna fundamental, pois, em conjunto com os parceiros locais anteriormente referenciados é possível responder de uma forma mais individualizada a todas as carências sentidas pelos munícipes do concelho.

Por último, convém ainda salientar que no decorrer do ano 2017, a Técnica Animadora do GIP participou em 27 reuniões de NLI (Núcleo Local de Inserção), do qual é parceiro desde 2012.

EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS

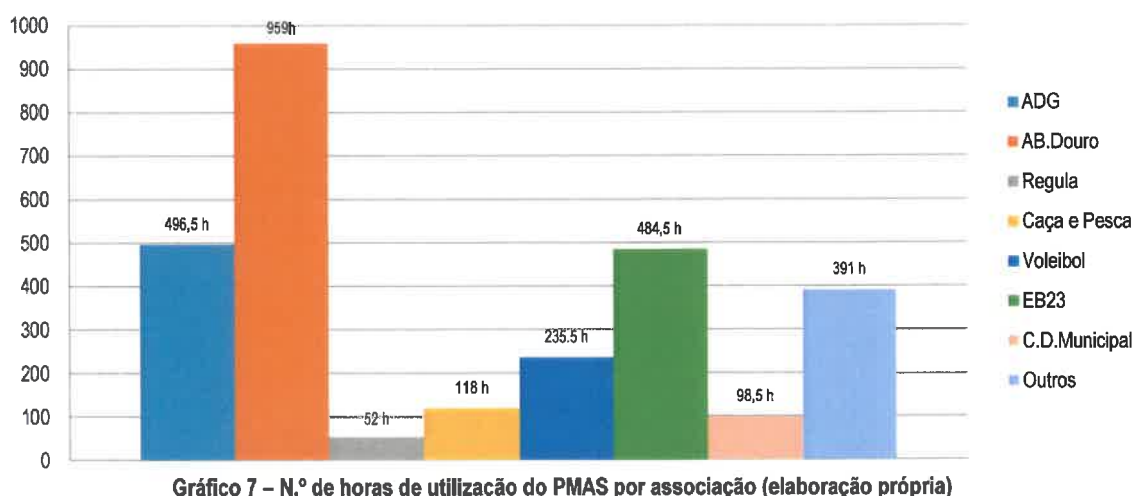
Nos equipamentos desportivos, Pavilhão Multiusos António Saraiva (adiante PMAS) e Estádio Municipal Artur Vasques (adiante EMAS), forma inúmeras as atividades que se desenvolveram



além das que são resposta primordial do equipamento. Assim no PMAS foram feitas as seguintes atividades:

- Concentração de Andebol/Traquinas;
- Festande de Andebol/Infantis/masculinos/femininos;
- Atividades da EB 2/3;
- Finais do Desporto Escolar/Futsal masculino;
- Atividades relacionadas com o Boccia/Idade avançada;
- ARDAD/Atividades desportivas;
- Gala do Desporto/ADG;
- Gala do Desporto/Município;
- Festa de encerramento do ano letivo/Escola Secundária Dr. Araújo Correia;
- Torneio de Ténis de Mesa/CCPAD;
- Torneio de Futsal/GNR/ACIR/BOMBEIROS/MUNICIPIO;
- Férias 100%;
- Apoio a prova de TRAILL, dormidas/banhos;
- Natal/jantar dos idosos;
- Jogos dos quadros competitivos das diversas modalidades (Futsal, Andebol, Voleibol);
- Participação nos VI Jogos do Eixo Atlântico de 4 – 9 de Julho, na Cidade Espanhola de Lugo, nas modalidades de Andebol e Futebol 7.

De referir que Pavilhão Multiusos António Saraiva apresenta uma carga de ocupação diária intensa, das nove da manhã até a uma da madrugada do dia seguinte, de 2ª Feira à 6ª Feira, com os feriados e fins-de-semana ocupados com os jogos de todos os escalões das referidas modalidades.



7
E.P.
T
B

No EMVA foram realizadas as seguintes atividades:

Torneios de Futebol 11

- Iniciados;
- Juvenis;
- Veteranos e Velhas Guardas;
- Seniores;
- Férias 100%;
- Concentração dos Sub 14/taça AFVR.

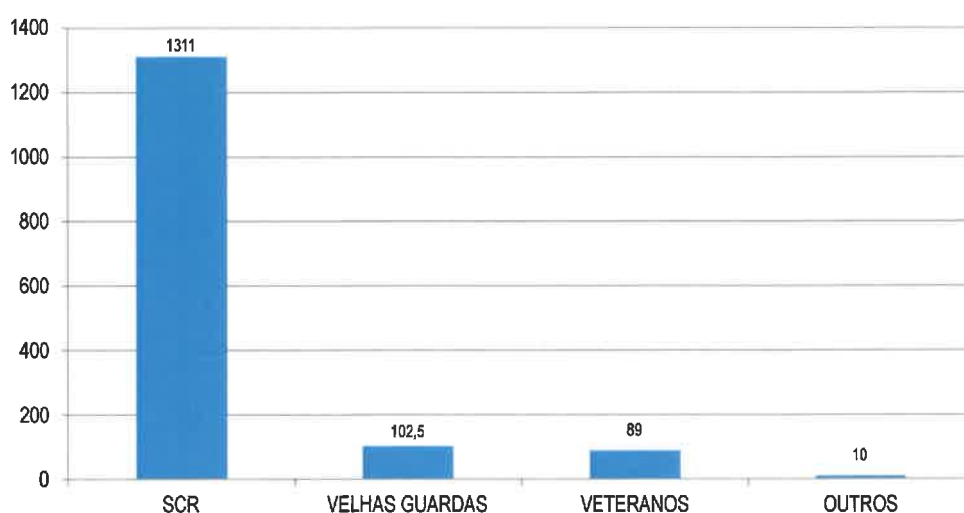


Gráfico 8 - N.º de horas de utilização do EMVA por associação (elaboração própria)

Relativamente ao número de utilizadores e horas de utilização dos respetivos equipamentos desportivos, as duas instalações tiveram mais de 50 mil utilizadores e uma utilização de mais de 4 mil horas, distribuídos segundo o quadro abaixo.

INSTALAÇÕES	Nº total de utilizadores	Nº total de horas
PMAS	27.830	2.835,3
EMVA	23.463	1.512,5
Total	51.293	4.348

Tabela 1 – N.º de utilizadores e de horas do PMAS e do EMVA (elaboração própria)

PISCINAS MUNICIPAIS

De forma a ir ao encontro das necessidades da população, visando o lazer, desporto e saúde, as Piscinas Municipais têm ao dispor dos utentes as seguintes modalidades: Natação para bebés, crianças e adultos; Hidrobike; Hidroginástica; Hidroterapia; Dance Kids; Zumba; Step; Treino Funcional; G.A.P.; Cardiofit e Localizada; Aerodance; Treino Hiit e Core. Durante o ano anterior destaca-se a criação do Clube Municipal de Natação, para já constituído por 18 atletas que participam em provas organizadas pela Federação Portuguesa de Natação.

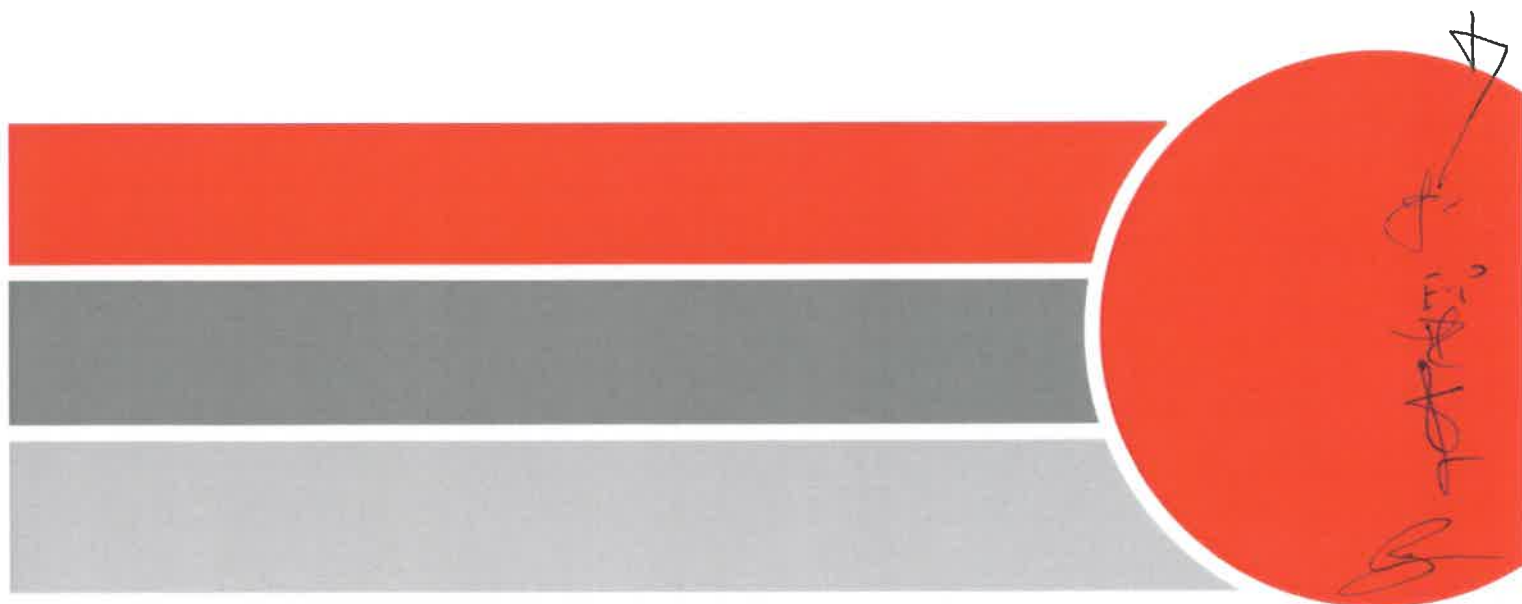
A natação no pré-escolar e 1º ciclo tem sido uma das prioridades do município, tendo usufruído deste projeto cerca de 647 crianças. O 2º e 3º ciclo começaram este ano com aulas de natação, usufruindo até ao momento 214 jovens. O número total de utentes em 2017 nas classes organizadas foi de 1.191, registando um total de 29.579 entradas. Do número registado de utentes, 70% são do sexo feminino e 30% do masculino. A modalidade que atrai mais utentes é, desde o primeiro ano, a Hidroginástica.

Destinadas as instalações a servir essencialmente a população reguense, ainda assim, conseguem atrair público externo ao concelho do Peso da Régua - 72% dos utentes são do concelho, sendo que 28% são de outros concelhos. De forma a promover a coesão social e um estilo de vida saudável, pontualmente foram organizados eventos para utentes e não utentes, tais como o Carnaval (84 participantes), Dia internacional da mulher (98 participantes), Aquafamily (38 participantes), Halloween (85 participantes), 6º aniversário (107 participantes). Grande destaque para a organização da semana da juventude e desporto, um evento que registou número recorde de participantes, 2.940 pessoas desfrutaram de atividades como a Festa da criança, o Fit Day, o Aquaday, a Caminhada Noturna, o Zumba Espuma, o Family bike day e o Régua Challenge.

Handwritten signature and initials in blue ink, including the word "F.I.P." and a stylized signature below it.

DAF

Divisão Administrativa e Financeira



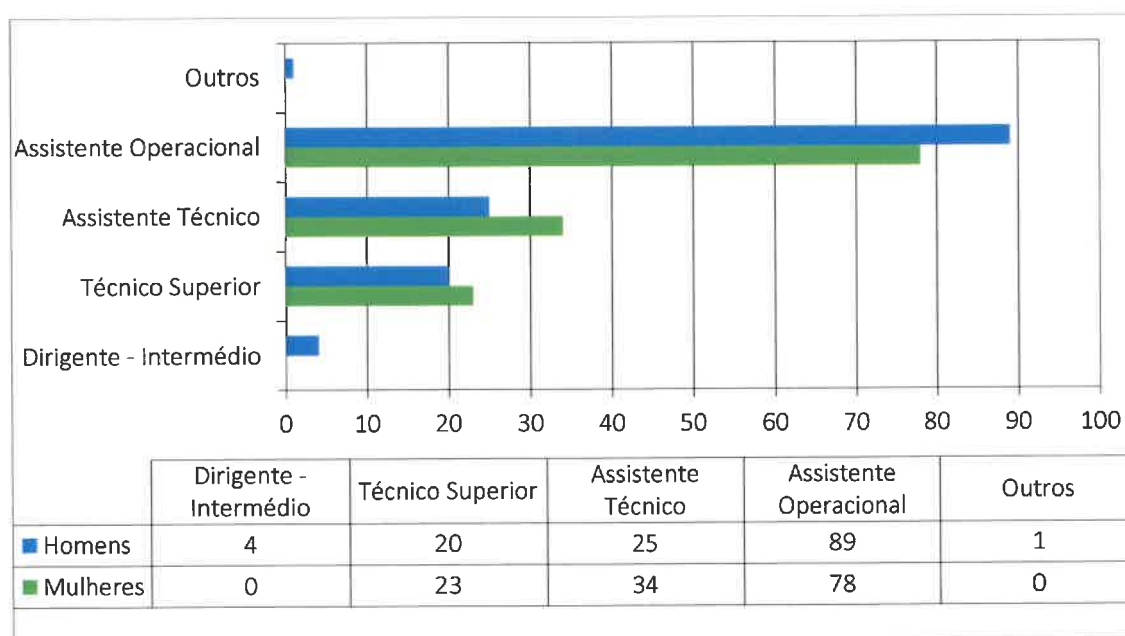
6 Divisão Administrativa e Financeira

CARACTERIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS DO MUNICÍPIO

A importância da satisfação das necessidades coletivas exige, no caso da autarquia, que prossiga uma atividade organizada através de uma estrutura humana sem a qual não poderia funcionar. Os indicadores que passamos a apresentar representam um importante instrumento de análise da realidade social da autarquia, bem como as suas necessidades.

Distribuição por cargo/carreira e género

O número de trabalhadores em 31 de dezembro de 2017 era de 274, com clara predominância da carreira de assistente operacional. O número de homens e mulheres é muito aproximado, sendo que os homens constituem 51% dos trabalhadores, de salientar que as mulheres estão em maioria nas carreiras de técnico superior e assistente técnico. Verifica-se um rácio de 68 trabalhadores por dirigente. Mantém-se a média global de efetivos em 2017, comparativamente a 2016.



Handwritten signature and date: 2017

		Dirigente Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Outros	TOTAL
2017	H:	4	20	25	89	1	139
	M:	0	23	34	78	0	135
	T:	4	43	59	167	1	274
2016	H:	4	18	25	91	2	140
	M:	0	21	35	77	0	133
	T:	4	39	60	168	2	273
2015	H:	4	18	25	93	2	142
	M:	0	20	35	61	0	116
	T:	4	38	60	154	2	258
2014	H:	4	16	25	98	2	145
	M:	0	21	36	79	0	136
	T:	4	37	61	177	2	281
2013	H:	5	16	26	102	2	151
	M:	0	23	37	88	0	148
	T:	5	39	63	190	2	299

Modalidade de vinculação

O contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado constitui a modalidade de vinculação para mais de 88% dos trabalhadores, traduzindo uma preocupação com a estabilidade no emprego, o que contribui para o aumento dos índices de motivação e produtividade.

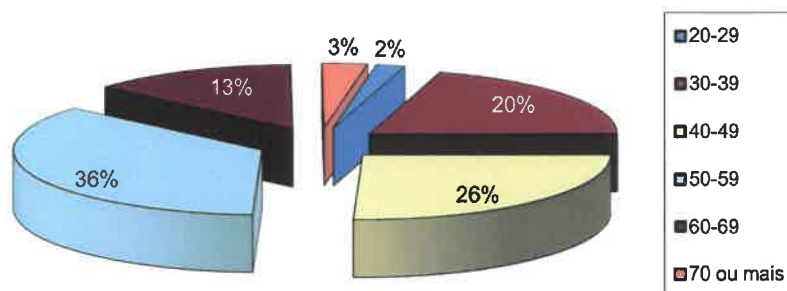


	Dirigente - Intermédio	Carreiras Gerais - Técnico Superior	Carreiras Gerais - Assistente Técnico	Carreiras Gerais - Assistente Operacional	Outros	Total
Comissão de Serviço	4	0	0	0	1	5
CTFP por tempo indeterminado	0	26	60	156	0	241
CTFP a termo resolutivo certo	0	14	0	0	0	14
CTFP a termo resolutivo incerto	0	0	0	0	0	0
Outra	0	0	0	13	0	13
Total	4	40	60	169	1	274

Distribuição por escalão etário

Observando a distribuição por escalão etário, verifica-se que 36% dos funcionários têm entre 50 a 59 anos, 20 % têm 30 a 39 anos e 26% têm entre 40 a 49 anos de idade.

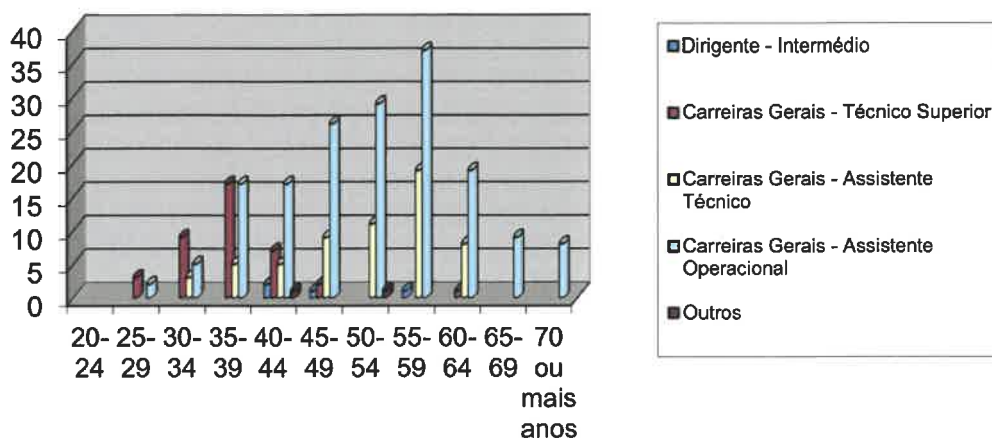
Trabalhadores por escalão etário



O escalão etário mais representado é 50-59 anos, sendo que dos 98 funcionários que se situam neste intervalo etário, 46 são mulheres e 52 são homens, representando assim 36% do universo de trabalhadores, como se pode observar no seguinte quadro:

Escalão Etário	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64	65-69	70 ou mais
Homens:	0	3	10	12	18	22	23	29	20	3	1
Mulheres:	0	2	7	27	14	16	18	28	8	6	7
total	0	5	17	39	32	38	41	57	28	9	8

A estrutura etária das diferentes carreiras apresenta-se no gráfico seguinte:



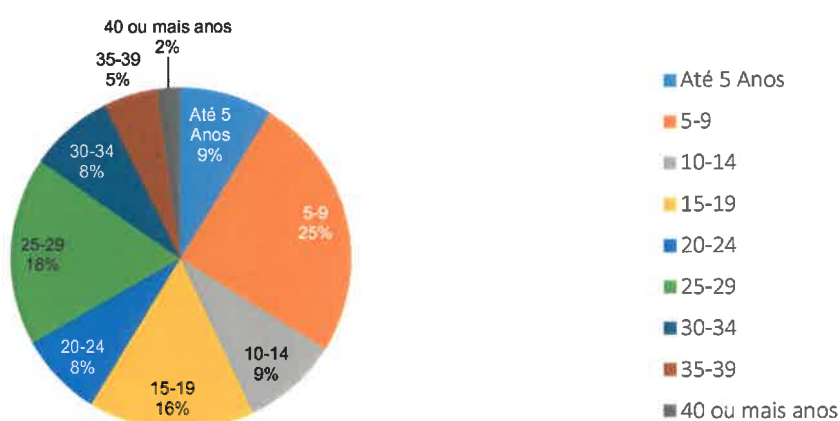
Trabalhadores por escalão etário e cargo/categoria

Handwritten signature and initials in blue ink.

Observa-se que nos escalões mais jovens, inferiores a 35 anos, predomina a carreira de técnico superior, enquanto que nos escalões com idades superiores a 40 anos, predomina a de assistente operacional.

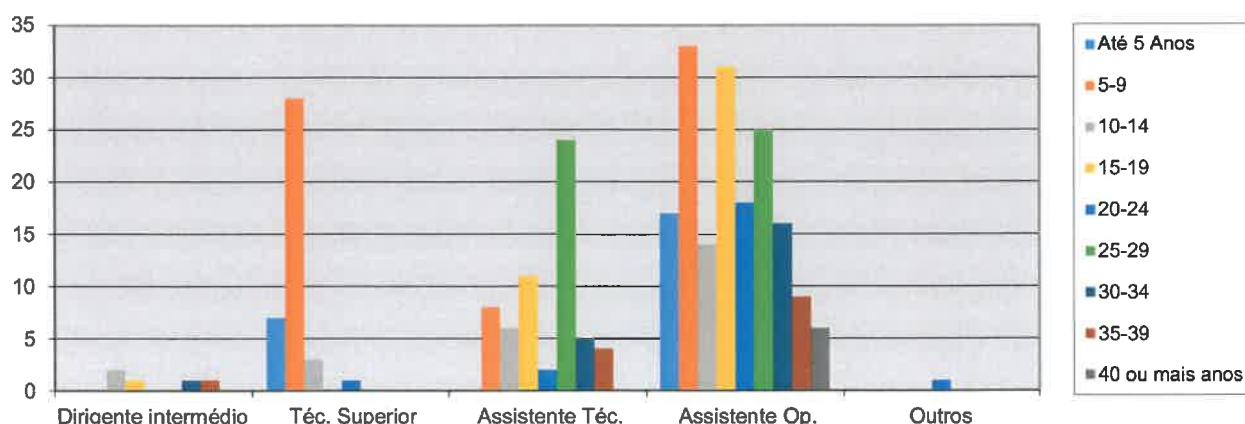
Antiguidade

Da análise deste parâmetro verifica-se que mais de metade do total de trabalhadores, exerce as suas funções há mais de 10 anos, o que manifesta um sentido de continuidade na prestação do serviço à comunidade.



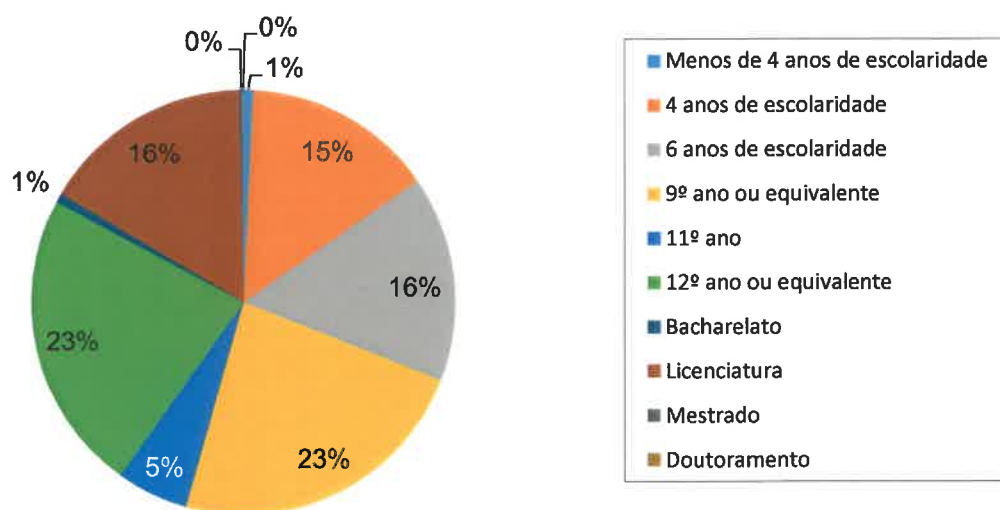
Trabalhadores por escalão de antiguidade

Analisando a antiguidade dos trabalhadores de acordo com a carreira/cargo, verifica-se que na carreira de técnico superior, cerca de 80% dos trabalhadores têm uma antiguidade inferior a dez anos; na carreira de assistente operacional, verifica-se um predomínio de trabalhadores com uma antiguidade entre os 10 e os 24 anos, perfazendo 93 dos 169 trabalhadores desta carreira.



Antiguidade dos trabalhadores segundo a carreira/cargo

Estrutura habilitacional



Estrutura habilitacional dos trabalhadores

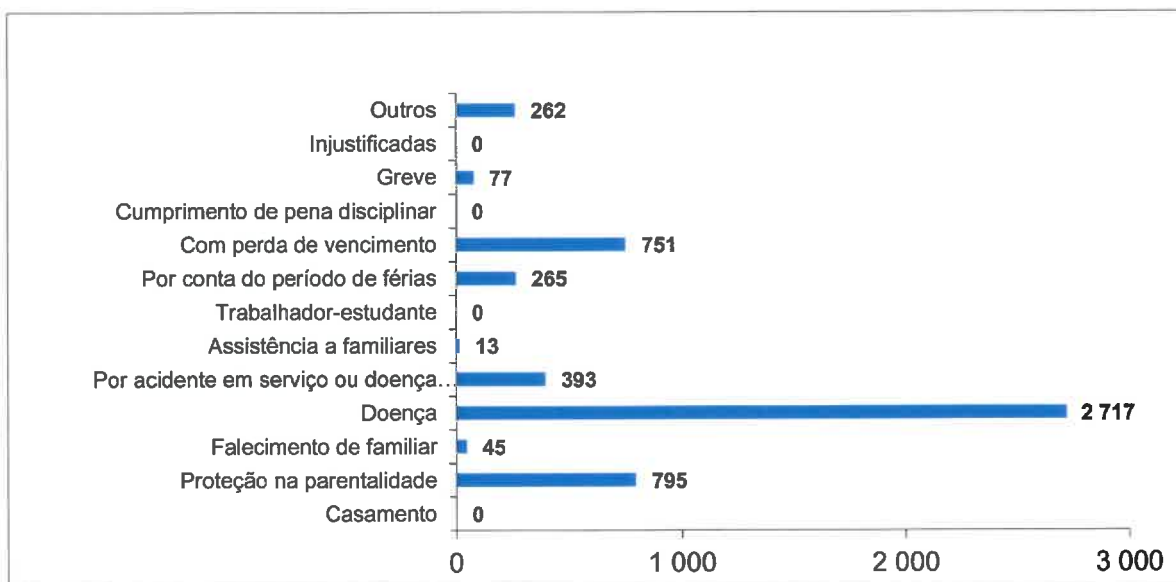
O Município tem efetuado um enorme esforço no sentido de promover ações de formação, que permitem aos seus trabalhadores uma melhoria efetiva do seu desempenho e da sua formação profissional e valorização pessoal.

Verifica-se que 16% dos trabalhadores possui licenciatura, enquanto 23% possuem o 9º ano ou equivalente, sendo esta também a percentagem de trabalhadores com o 12º ano.

	Dirigente - Intermédio	Carreiras Gerais - Técnico Superior	Carreiras Gerais - Assistente Técnico	Carreiras Gerais - Assistente Operacional	Outros	Total
Menos de 4 anos de escolaridade	0	0	0	2	0	2
4 anos de escolaridade	0	0	0	40	0	40
6 anos de escolaridade	0	0	2	41	0	43
9º ano ou equivalente	0	0	16	48	0	64
11º ano	0	0	8	7	0	15
12º ano ou equivalente	0	0	32	30	1	63
Bacharelato	0	2	0	0	0	2
Licenciatura	4	37	2	1	0	44
Mestrado	0	1	0	0	0	1
Doutoramento	0	0	0	0	0	0
Total	4	40	60	169	1	274

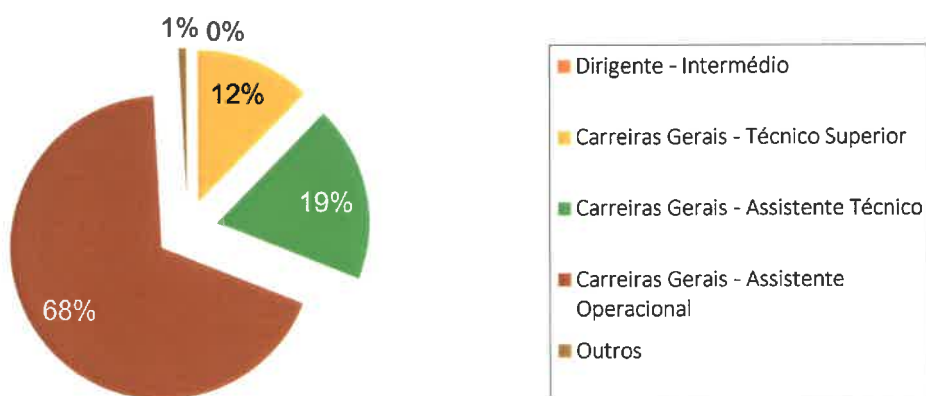
Absentismo

Da análise do absentismo, é de assinalar a doença como o principal motivo de ausência ao trabalho, seguida da proteção na parentalidade:



Ausência ao trabalho segundo o motivo

A carreira com maior taxa de absentismo é a de assistente operacional, com 62%, que resulta essencialmente de doença.



Ausências por carreira/cargo

	Dirigente Intermédio	Carreiras Gerais Técnico Superior	Carreiras Gerais Assistente Técnico	Carreiras Gerais Assistente Operacional	Outros	Total
Dias de ausência	0	654	999	3623	43	5318

Encargos com o pessoal

Os encargos com o pessoal ascenderam em 2017 aos 3.470.614,02 €, dos quais 87% destinaram-se ao pagamento de remunerações base.

Coluna 1	2017
Remunerações Base	3.010.665,25 €
Suplementos Remuneratórios	141.358,84 €
Trabalho extraordinário (diurno e noturno)	18.389,99 €
Trabalho em dias de descanso semanal, complementar e feriados (não incluído em trabalho extraordinário)	63.735,99 €
Trabalho por turnos	7.028,27 €
Abono para falhas	11.115,58 €
Ajudas de custo	8.539,54 €
Representação	32.549,47 €
Prestações Sociais	321.562,99 €
Abono de Família	12.385,72 €
Subsídio no âmbito de Proteção da Parentalidade	2.973,06
Subsídio de refeição	263.254,98 €
Subsídio por morte	1.263,96 €
Benefícios Sociais	38.762,13 €
Outras prestações sociais	2.923,14 €



7 EXECUÇÃO FINANCEIRA

7.1 Receita

A execução financeira da receita foi de 13.907.329,997€, representando, em termos percentuais, 71,7% das previsões definidas em Orçamento.

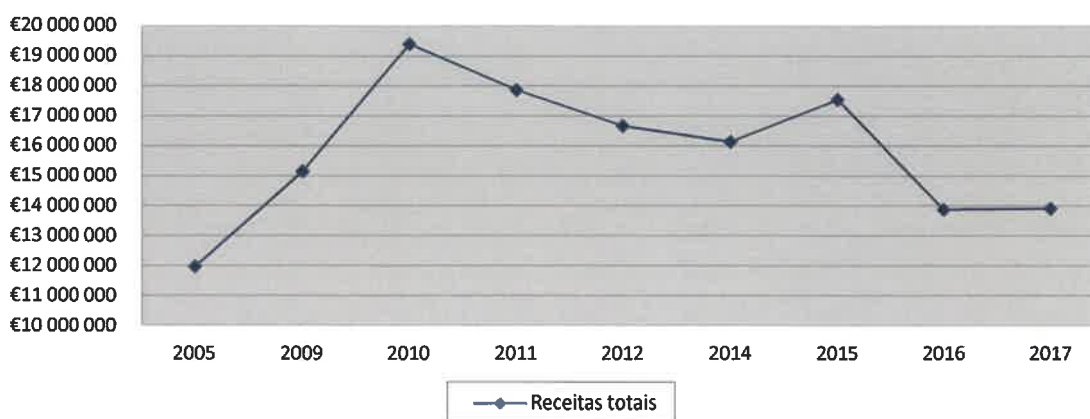
Do valor global da receita cobrada líquida, 86,48% corresponde à receita corrente e 12,87% à receita de capital.

Receita		
Corrente	Capital	Outras
12 027 617,19€	1 790 131,25€	89 581,55€

Efetuada uma análise comparativa entre a receita estimada corrigida e a receita cobrada líquida, verificamos que, de uma previsão corrigida de 19.396.898,85 €, foram arrecadados 13.907.329,99 €, o que representa cerca de 71,1%.

2005	2009	2010	2011	2012	2014	2015	2016	2017
11.963.681€	15.145.548€	19.405.988€	17.859.606€	16.672.650€	16.132.479€	17.540.157€	13.871.674€	13.907.330€

Evolução da Receita desde 2005



Comparativamente com o ano anterior, as receitas arrecadadas apresentam um ligeiro aumento face ao executado em 2016.

O atraso na execução do novo quadro comunitário "Portugal 2020", originou desde 2015 um decréscimo nas receitas dos municípios, considerando que de facto os fundos comunitários têm sido a grande fonte de receitas de capital dos municípios ao nível dos investimentos.

7.1.1 Receita de Capital

De uma previsão orçamental corrigida de 5.810.439,61€, verificou-se uma execução financeira de 1.790.131,25€, correspondente a 30,8% da receita prevista.

Descrição		Receita Prevista	Receita Cobrada	Percent. Exec.
RECEITAS DE CAPITAL		5.810.439,61 €	1.790.131,25 €	30,80%
9.	Venda Bens de Investimento	3.164.290,02 €	- €	0,00%
10.	Transferências de Capital	2.046.149,59 €	1.190.131,25 €	58,20%
12.	Passivos financeiros	600 000,00	600 000,00	100,00%
15.	Outras Receitas	100,00 €	11.842,11 €	11842,10%
16.	Saldo da Gerência Anterior	77.739,44 €	77.739,44 €	100,00%

Receitas de Capital



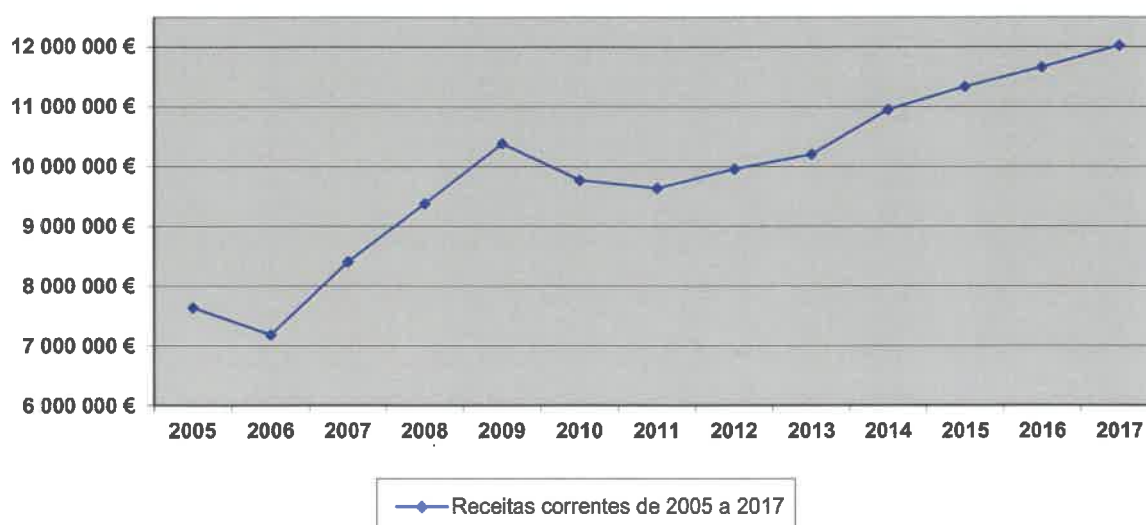
Tal como foi referido anteriormente as receitas de capital apresentam um decréscimo, fruto do encerramento do quadro comunitário - QREN (2007/2013) e um significativo atraso na execução física do novo quadro, "Portugal 2020".

7.1.2 Receita Corrente

Ao nível da execução orçamental da receita corrente verificamos que, de uma previsão corrigida de 13 508 619,80€, foram arrecadados 12 027 617,19 € correspondente a cerca 89% da receita inicialmente prevista.

2005	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
7.640.459€	10.385.315€	9 774 005€	9.637.313€	9 957 712€	10 204 338€	10 956 173€	11 341 116€	11 668 201€	12 027 617€

Evolução das Receitas Correntes de 2005 a 2017



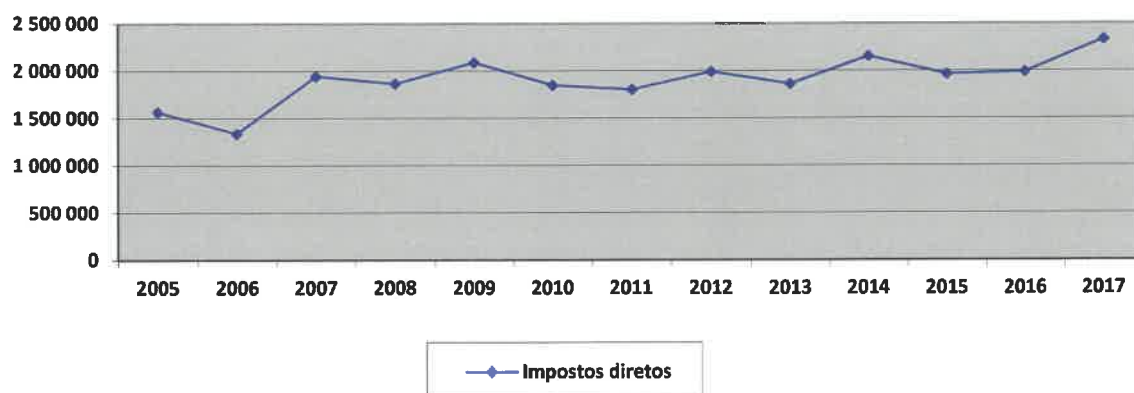
As receitas correntes apresentam um crescimento sustentado, mantendo a tendência dos últimos anos.

Nos quadros seguintes podemos verificar, de forma detalhada, a execução financeira de cada uma das sub-rubricas:

Descrição	Receita Prevista	Receita Executada	Percent. Exec.
01. Impostos Diretos	2 279 397,68€	2 330 018,92€	102,2%

2005	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
1 569 010€	1 087 583€	1 846 892€	1 804 999€	1 991 458€	1 860 554€	2 153 795€	1 963 703€	1 986 097€	2 330 018,92€

Evolução dos Impostos Diretos de 2005 a 2017

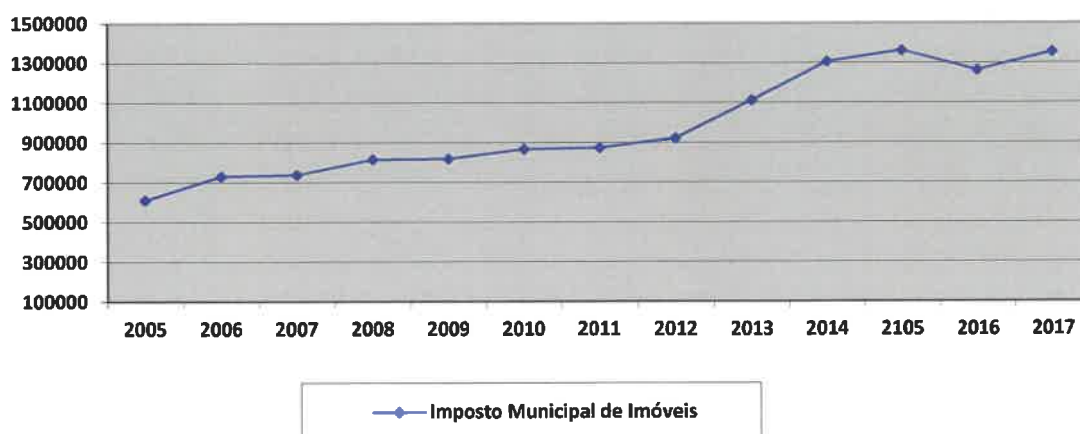


Os impostos diretos apresentam um ligeiro crescimento: 2,22%, comparativamente ao estimado inicialmente.

Descrição	Receita Prevista	Receita Executada	Percent. Exec.
01.02.02. IMI-Imposto Municipal s/imóveis	1 328 599,00€	1 356 359,48€	102,1%

2005	2009	2010	2012	2013	2014	2015	2016	2017
612.419€	819.067€	866.589€	923.115€	1.112.588€	1.307.361€	1.362.889€	1.261.797€	1.356.359€

Evolução das receitas do IMI de 2005 a 2017



Em relação ao imposto municipal sobre imóveis, a receita do ano teve um acréscimo de 2,09% relativamente ao valor previsto inicialmente, registando ainda um aumento de 94.562,00€ quando comparada com a receita arrecadada no ano anterior.

Descrição	Receita Prevista	Receita Executada	Percent. Exec.
01.02.03. IMI-Imposto Único de Circulação	297 119,00€	298 506,79€	100,5%

2005	2009	2010	2012	2013	2014	2015	2016	2017
153 443€	173 465€	194 292€	250 810€	334 504€	303 294€	287 304€	287 773€	298 506€

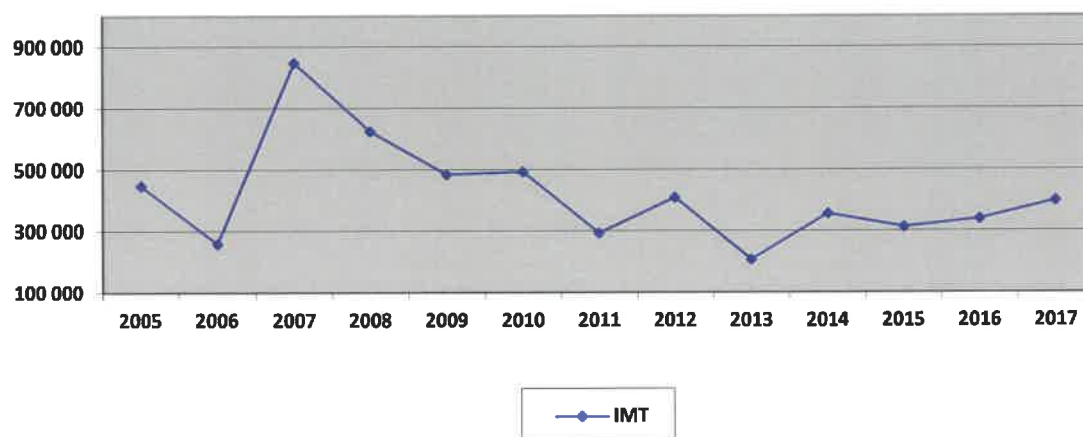
Evolução das receitas IUC de 2005 a 2017

Quanto à receita derivada do Imposto Único de Circulação esta, mantém valores semelhantes ao ano anterior.

Descrição	Receita Prevista	Receita Executada	Percent. Exec.
01.02.04. IMT-Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas	377 090,43€	398 563,40€	105,7%

2005	2009	2010	2012	2013	2014	2015	2016	2017
449 095€	485 125€	493 223€	409 428€	207 356€	356 107€	313 509€	340 228€	398 563€

Evolução das receitas IMT de 2005 a 2017

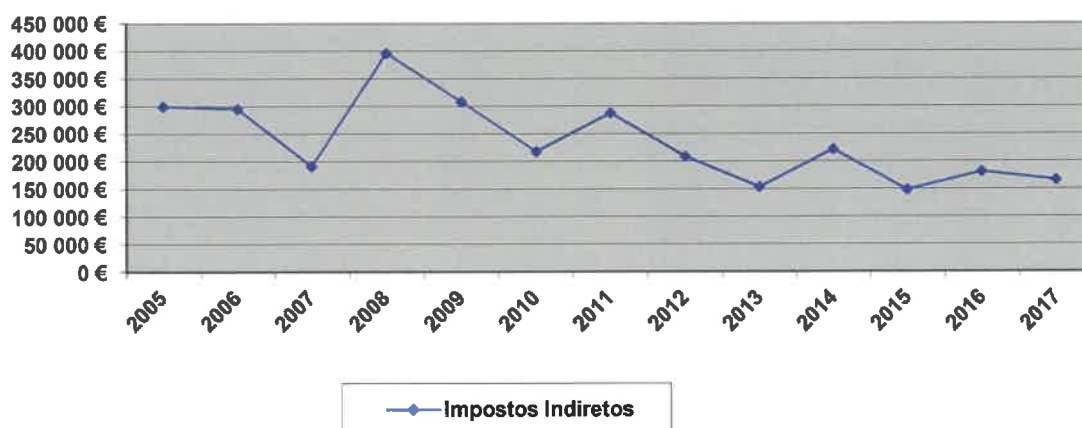


Como se pode verificar, o Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis apresentou um acréscimo face ao ano anterior no valor de 58.335 € mantendo valores que indiciam a retoma da atividade económica.

Descrição	Receita Prevista	Receita Executada	Percent. Exec.
02. Impostos Indiretos	207 905,32€	166 218,93€	79,9%

2005	2008	2009	2012	2013	2014	2015	2016	2017
300 349€	396 202€	308 371€	209 270€	153 763€	222 004€	148 370€	181 225€	166 219€

Evolução das receitas provenientes dos impostos indiretos entre 2005 e 2017



A evolução da receita referente aos impostos indiretos apresenta valores inferiores aos previstos, contudo no que respeita às receitas por cobrar, verificamos um aumento de 50% relativamente aos valores registados no final do ano 2016.

Execução orçamental das rubricas.04.05.06.07.08

Descrição	Receita Prevista	Receita Executada	Percent. Exec.
04. Taxas, Multas e Outras Penalidades	334 836,24€	344 850,38€	103,00%
05. Rendimentos de Propriedades	626 870,07€	604 602,10€	96,40%
06. Transferências Correntes	7 469 591,79€	6 797 870,04€	91,00%
07. Venda de Bens e Serviços Correntes	1 649 403,72€	1 239 110,49€	75,10%
08. Outras Receitas Correntes	940 614,98€	544 946,33€	57,90%

Handwritten signature and initials: F.P.

Ao nível das receitas correntes, o executivo não efetuou qualquer atualização ou ajustamento de rendas, taxas, tarifas ou preços.

Tal como tem assumido, é na área do ambiente que tem sido efetuado um apoio efetivo, permanente e transversal a todos os municípios.

7.2 DESPESA

A previsão da Despesa Orçamental corrigida para o ano 2017 foi de 19.396.898,85€, dos quais foram assumidos como compromissos 19.169.369,43€.

A despesa paga durante o ano em análise cifrou-se em 13.985.482,39€, valor que originou uma execução global de 72,10%.

7.2.1 Despesa de Capital

No que respeita à Despesa de Capital, a previsão inicial corrigida foi de 6.826.634,42 €, sendo 6 739 125,11€ o valor dos compromissos assumidos no exercício.

Ao nível da despesa comprometida e paga, foram executados 4.452.659,91€, o que corresponde a 65,22% da despesa prevista.

Execução orçamental das rubricas.07.08.10

Descrição	Dotações Corrigidas	Compromissos assumidos	Despesa Paga	Exec.
07. Aquisição de Bens de Capital	4.716.792,61 €	4.679.397,63 €	2.424.572,43 €	51,40%
08. Transferências de capital	413.305,09 €	363.190,76 €	331.550,76 €	80,22%
09. Ativos Financeiros	78.572,00 €	78.572,00 €	78.572,00 €	100,00%
10. Passivos Financeiros	1.617.964,72 €	1.617.964,72 €	1.617.964,72 €	100,00%



7.2.2 Despesa Corrente

Ao nível da execução orçamental nas rubricas relacionadas com despesas correntes, verificamos que, de uma previsão inicial corrigida de 12.570.264,43€, foram assumidos como compromissos 12.430.244,32€, dos quais 9.532.822,48€ correspondem à despesa efetivamente paga, valores que representam uma execução de 75,84% face ao previsto.

Esta rubrica reflete todos os custos de funcionamento municipal: recursos humanos; custos operacionais; atividades realizadas e apoiadas pelo município; apoio social, desportivo, cultural e recreativo.

Durante o ano 2017, as tarifas de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos, mantiveram-se inalteradas, sendo esta a principal forma de apoio a todos os munícipes.

O Município, em 2017, não só manteve todos os valores das taxas, preços e tarifas, que tinha, como nem sequer procedeu à sua atualização, tal como está previsto na lei, como forma de manter um apoio permanente a todas as famílias residentes no Concelho.

Para que se possam analisar dados objetivos sobre o défice existente no setor da água, saneamento e recolha de resíduos sólidos urbanos (lixo) centremo-nos no mapa seguinte:

Descrição do serviço	Receita	Despesa	Saldo
Recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos	191 613,60	1103 812,20	- 912 198,60
Tratamento de efluentes (saneamento)	237 634,77	553 196,55	- 315 561,78
Abastecimento de água	456 877,86	1191 539,77	- 734 661,91*
Total	886 126,17	2 848 548,47	-1 962 422,33

*O valor apresentado na despesa com abastecimento de água, apenas se refere à compra de água que é efetuada às Águas do Norte. Pelo que todos os custos inerentes à distribuição em baixa, manutenção e reparações da rede são custos municipais que não estão refletidos neste défice apresentado.

Do exposto, verificamos que o défice total nestas três áreas de prestação de serviços apresenta um défice anual superior a 1.962.422,33€, ao que temos de acrescentar todos os custos da estrutura municipal de gestão da rede em baixa que estimamos ser superior a 750.000€, pelo que o défice anual de gestão e exploração destas três áreas é na ordem dos 2.750.000,00€.



7.3 Rácios de Execução Orçamental

De seguida, apresentam-se, alguns indicadores/rácios que traduzem a evolução das competências e atividades do Município, nos últimos nove anos, no que respeita ao interesse público, tendo em vista a satisfação das necessidades coletivas das populações, relacionadas com as funções gerais, sociais, económicas e outras atribuídas ao Município.

Rácios de Estrutura	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Impostos Diretos / Receita Corrente	20%	19%	19%	20%	19%	20%	18%	17%	20%
Venda de Bens e Serviços Correntes / Receita Corrente	10%	10%	10%	12%	10%	10%	9%	10%	10%
Transferências Correntes / Receita Corrente	54%	56%	56%	52%	60%	57%	60%	57%	56%
Transferências de Capital / Receita de Capital	78%	73%	82%	99%	47%	91%	87%	72%	66%
Passivos Financeiros / Despesa de Capital	16%	5%	0%	0%	0%	0%	6%	15%	13%
Receita Corrente / Receita Total	69%	51%	54%	60%	49%	68%	65%	84%	87%
Receita de Capital / Receita Total	31%	49%	46%	40%	45%	28%	33%	15%	13%

Rácios de Gestão	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Despesa com Pessoal / Despesa Corrente	50%	51%	50%	47%	42%	45%	50%	45%	49%
Despesa com Pessoal / Despesa Total	29%	23%	26%	28%	23%	28%	25%	32%	33%
Despesa com Pessoal / Receita Corrente	43%	46%	49%	43%	46%	40%	38%	38%	38%
Aquisição de Bens e Serviços / Despesa Corrente	38%	35%	33%	30%	38%	41%	36%	41%	37%
Despesa Corrente / Receita Corrente	86%	91%	98%	92%	110%	89%	76%	84%	79%
Despesa de Capital / Receita de Capital	132%	110%	104%	95%	96%	134%	152%	186%	249%
Despesa de Total / Receita de Total	100%	100%	101%	93%	97%	98%	100%	99%	100%

Rácios de Investimento	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Investimento (PPI) / Despesa de Capital	86%	91%	88%	82%	86%	77%	77%	41%	54%
Investimento (PPI) / Despesa Total	35%	49%	42%	33%	39%	29%	39%	12%	17%
Transf. projetos cofinanciados / Receita Total	1%	24%	25%	28%	15%	22%	26%	7%	2%
Transf. projetos cofinanciados / Investimento (PPI)	2%	48%	59%	89%	40%	78%	66%	62%	12%
Investimentos/População Residente*	280€	507€	435€	303€	460€	273€	398€	100€	149€

*censos 2001 e 2011, estimativa INE

7.4 ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL

7.4.1 Evolução do serviço de Dívida de Médio e Longo Prazo

O serviço de dívida de médio e longo prazo contempla todos os empréstimos contratados pelo Município e aos quais estão associados empréstimos com prazos superiores a cinco anos.

Empréstimos	2005	2009	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Não Excecionados	1.346.994 €	3.801.443 €	4.922.174 €	9.337.637 €	8.547.280 €	7.752.780 €	6.955.386 €	6.307.817 €
Excecionados	4.562.722 €	3.289.920 €	4.618.865 €	4.257.857 €	3.891.702 €	3.517.921 €	3.151.263 €	2.780.868 €
Total	5.909.716 €	7.091.363 €	9.541.039 €	13.595.494 €	12.438.982 €	11.270.701 €	10.106.649 €	9.088.685 €

O valor de endividamento de médio/longo prazo no final do ano 2017 é de 9.088.685€, verificando-se uma redução de 1.017.964€, comparativamente ao ano anterior. Dos valores em dívida, cerca de 31% correspondem a empréstimos anteriormente excecionados dos limites de endividamento.

7.4.2 Serviço da Dívida a Curto Prazo

O valor da dívida a curto prazo reflete todos os encargos assumidos e não pagos efetuados até ao final do ano de 2017 e encontram-se registados em dívidas a terceiros.

A relação de encargos de curto prazo assumidos e não pagos a 31-12-2017 é de 2.803.117,58€, e comparativamente com o ano anterior, registou-se uma diminuição do valor das dívidas de curto prazo no montante de 584.859,00€.

Descrição	2005	2009	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Dívidas a terceiros	5.225.163 €	6.791.314 €	8.217.333 €	3.674.773 €	4.472.755 €	5.379.234 €	3.387.977 €	2.803.118 €
Valores de reembolso	83.689 €	3.190.704 €	2.174.408 €	1.635.105 €	1.295.169 €	2.044.238 €	959.595 €	475.304 €
Saldo	5.141.474 €	3.600.610 €	6.042.925 €	2.039.668 €	3.177.586 €	3.334.996 €	2.428.382 €	2.327.814 €



7.4.3 Dívida Total do Município

A Lei nº 73/2013 de 3 de setembro estabelece o regime financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais.

O artigo 52º define a fórmula de cálculo do limite da dívida total:

“1 – A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54º, não pode ultrapassar em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

2 - A dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.º, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.”

De acordo com o referido artigo apresentamos de seguida o cálculo da dívida total do município para o ano 2017.

7.4.3.1 Apuramento do Limite da Dívida Total do Município para 2017

Total Receita Corrente cobrada nos 3 últimos anos	33.965.491 €
Receita Corrente cobrada em 2014	10.956.174 €
Receita Corrente cobrada em 2015	11.341.116 €
Receita Corrente cobrada em 2016	11.668.201 €
Média da Receita Corrente Líquida	11.321.830 €
Limite da Dívida Total	16.982.746 €

(1,5*média da receita corrente líquida cobrada nos 3 últimos anos)



7.4.3.2 Apuramento da Dívida Total em 31/12/2017

Limite	Total da dívida a terceiros	Contribuição SM/AM/SEL/Ent. Part	Dívida Total	Dívida Total Excluindo Não Orçamentais e FAM	Montante em Excesso	Margem Absoluta	Margem Utilizável
(1)	(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(6)=(5)-(1), se (5)>(1)	(7)=(1)-(5), se (5)<(1)	(8)=(7)*20%
16.982.746 €	01-01-2017						
	18.337.249 €	13.306 €	18.350.555 €	17.360.529 €	377.783 €		
	31-12-2017						
	17.792.475 €	633 €	17.793.108 €	16.908.070 €		74.676 €	14.935 €

Assim, a dívida total do município é de 16.908.070€, apresentando uma margem no final do ano de 74.676,00€.

Comparativamente com os valores apurados no início do ano, verificamos uma variação da dívida de -2,61% e uma variação do excesso da dívida de -100%, passando de uma situação de excesso de dívida para uma situação de margem, como referido anteriormente.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os documentos apresentados neste Relatório reproduzem, de forma precisa e o mais rigorosa possível, toda a atividade que ocorreu durante o ano de 2017.

Mantivemos, sem qualquer aumento ou atualização, as taxas e tarifas municipais, nomeadamente no que respeita a água, saneamento, recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos (lixo), situação que se mantém desde 2005 e que representa, atualmente, um défice superior a 2.750.000,00 € anuais, aproximadamente. Esta opção foi assumida em virtude de não onerar os reguenses derivado ao período de crise que se verificou e que afetou as famílias. Neste momento estamos perante uma nova realidade que nos leva a novos desafios que não podem ser ignorados, de modo a não comprometer as necessidades futuras do concelho.

O ano de 2017 assinala também o balanço de um trabalho fundamental para Peso da Régua, e que veio a ser progressivamente desenvolvido pelo executivo anterior, nomeadamente no que respeita à consolidação dos equipamentos e infraestruturas municipais. Numa linha de continuidade, o trabalho desenvolvido cria condições para que as infraestruturas e equipamentos municipais hoje existentes em Peso da Régua, possam ser dinamizados e potencializados do ponto de vista social, cultural, desportivo e associativo, elevando para um padrão superior, a oferta que o Município agrega e que hoje está disponível para todos os Reguenses, o que se traduz num incremento da qualidade de vida no seio do concelho.

De uma forma muito ativa, próxima e dinâmica, foi mantida a parceria com as nossas Juntas de Freguesia e seus representantes. Um agradecimento aos Srs. Presidentes e respetivos executivos pela forma disponível e dedicada com que se envolvem no desenvolvimento das suas freguesias. Sem dúvida alguma, que a articulação entre Município e as Juntas de Freguesia tem-se revelado determinante no trabalho realizado, tanto nas competências delegadas, como nas parcerias para resolução de muitos problemas que surgem regularmente.

Um particular agradecimento às nossas Associações que, assumem diariamente, o papel de parceiros do Município no âmbito das atividades desenvolvidas, bem como na promoção e divulgação do concelho a nível nacional. Uma palavra de reconhecimento aos dirigentes pela disponibilidade permanente em prol do bem comum da autarquia.

Um agradecimento final, a todos os colaboradores do Município pelo trabalho, dedicação e empenho na realização das tarefas e serviços que estão na sua área de intervenção. O seu desempenho tem sido fundamental para a sustentabilidade de uma dinâmica que se quer permanente no trabalho conjunto em prol do nosso Concelho e de todos os Reguenses.



É nosso objetivo que este documento espelhe, de forma clara, as dificuldades e constrangimentos com que o município se depara, bem como todo o esforço que tem sido realizado no sentido de aumentar os níveis de serviços e apoio a todos os munícipes, assim como os sucessos também alcançados.

Proposta de aplicação dos resultados

O Órgão executivo propõe à Assembleia Municipal que o resultado líquido do exercício seja aplicado em resultados transitados.

Peso da Régua, 09 de abril de 2017

O Presidente da Câmara Municipal


José Manuel Gonçalves

